

An aerial photograph of Viana do Castelo, Portugal, with various urban planning zones overlaid in colors like red, orange, yellow, and purple. The city is situated along a coastline with a large body of water to the west and a river flowing through it. The background shows a hilly, forested landscape.

PLANO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE VIANA DO CASTELO

**Alteração para inclusão das regras de classificação e qualificação do solo
nos termos do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial**

Processo de Discussão Pública e Relatório de Ponderação

CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO

abril de 2026

(página propositadamente deixada em branco)

ÍNDICE

1. ENQUADRAMENTO	5
1.1 ENQUADRAMENTO LEGAL	5
1.2 PUBLICITAÇÃO E DIVULGAÇÃO – Locais de consulta e elementos disponibilizados.....	5
1.3 FORMAS DE PARTICIPAÇÃO	7
1.4 SESSÕES PÚBLICAS DE ESCLARECIMENTO	8
2. ANÁLISE DAS PARTICIPAÇÕES.....	8
2.1 METODOLOGIA DE ANÁLISE.....	8
2.2 DADOS ESTATÍSTICOS.....	9
2.2.1 Análise quantitativa.....	9
2.2.2 Análise tempestiva	9
2.2.3 Tipologia dos participantes	9
2.3 TIPOLOGIA E TEMÁTICAS DOS QUESITOS IDENTIFICADOS	10
2.4 INCIDÊNCIA TERRITORIAL DOS QUESITOS IDENTIFICADOS.....	11
3. PONDERAÇÃO E PROPOSTA DE RESPOSTA	11
3.1 ANÁLISE QUALITATIVA DA TIPOLOGIA DAS RESPOSTAS	12
4. SÍNTESE DA PRODUÇÃO DE ALTERAÇÕES À PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO PUCVC.....	12
4.1 ALTERAÇÕES DECORRENTES DA DISCUSSÃO PÚBLICA	12
4.2 ALTERAÇÕES DECORRENTES DE CONTRIBUTOS INTERNOS E ORGÂNICOS.....	13
5. CONCLUSÕES.....	13
6. ANEXOS.....	14
ANEXO I. Aviso n.º 1603/2026/2, do Diário da República, 2.ª série, N.º 18, de 27 de janeiro de 2026	14
ANEXO II. Matriz de Participação	15
ANEXO III. Matriz de Análise, Ponderação e Resposta	19
ANEXO IV. Alteração pontual da estrutura e do articulado do Regulamento – correspondência entre a versão anterior e a versão atual	37

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Publicitação no sítio da Internet do Município.....	6
Figura 2 - Formulário de participação	7
Figura 3 - 1ª sessão pública, Biblioteca Municipal	8
Figura 4 - 2ª sessão pública, SIRD	8

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Tempestividade das participações.....	9
Gráfico 2 - Tipologia do participante	9
Gráfico 3 - Tipologia dos quesitos	10
Gráfico 4 - Distribuição dos quesitos por temática	10
Gráfico 5 - Incidência territorial	11
Gráfico 6 - Tipologia das respostas.....	12

1. ENQUADRAMENTO

1.1 ENQUADRAMENTO LEGAL

O presente documento constitui o relatório de ponderação das participações (reclamações, observações, sugestões ou pedidos de esclarecimento) recebidas no âmbito da Discussão Pública relativa ao “Plano de Urbanização da Cidade de Viana do Castelo – Alteração para inclusão das regras de classificação e qualificação do solo nos termos do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial”, que decorreu de 4 de fevereiro a 4 de março de 2026, aberta por 20 dias úteis, com início após a publicação do Aviso n.º 1603/2026/2, do Diário da República, 2.ª série, N.º 18, de 27 de janeiro de 2026, em cumprimento do disposto no artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 80/15, de 14 de maio, na sua redação atual, que estabelece o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT).

Este regime jurídico determina, nos termos do n.º 1 do seu artigo 6.º “Direito de participação” que *“Todas as pessoas, singulares e coletivas, incluindo as associações representativas dos interesses ambientais, económicos, sociais e culturais, têm o direito de participar na elaboração, na alteração, na revisão, na execução e na avaliação dos programas e dos planos territoriais.”* O n.º 2 do mesmo artigo 6 consagra o direito de participação dos interessados nos processos de planeamento, estabelecendo que este direito *“compreende a possibilidade de formulação de sugestões e de pedidos de esclarecimento, no âmbito dos procedimentos previstos no presente decreto-lei, às entidades responsáveis pelos programas ou pelos planos territoriais, bem como a faculdade de propor a celebração de contratos para planeamento e a intervenção nas fases de discussão pública.”*

1.2 PUBLICITAÇÃO E DIVULGAÇÃO – Locais de consulta e elementos disponibilizados

Dando cumprimento às disposições legais em vigor, a Câmara Municipal publicitou e divulgou a abertura da Discussão Pública relativa à alteração de Plano de Urbanização da Cidade de Viana do Castelo (PUCVC) através do Aviso 1603/2026/2, publicado em Diário da República a 27 de janeiro de 2026. Ver [ANEXO I](#).

A abertura da Discussão Pública foi publicitada no sítio da Internet do município de Viana do Castelo (<https://www.cm-viana-castelo.pt>), onde foram disponibilizados os elementos para consulta, as formas de participar e ainda as datas de realização das sessões públicas de esclarecimento. Ver figura 1.



Figura 1 - Publicitação no sítio da Internet do Município

No sítio da Internet do Município foram disponibilizados os seguintes elementos para consulta:

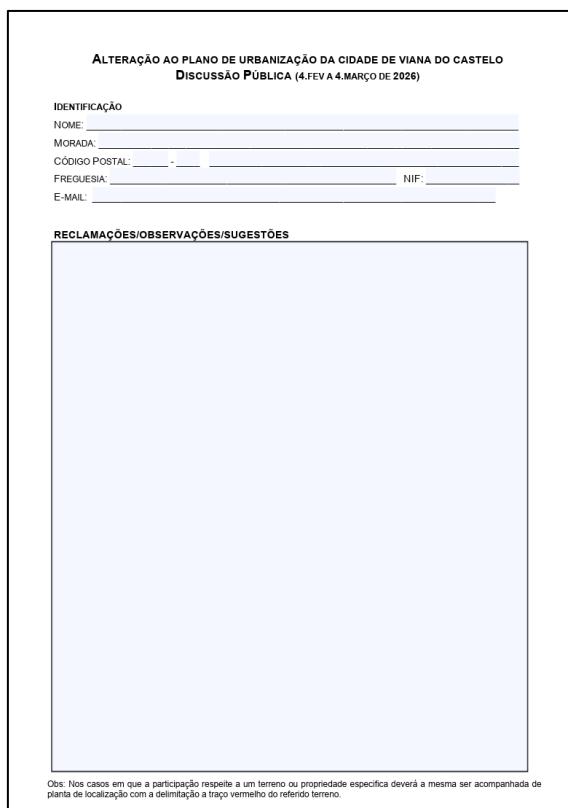
- Aviso publicado em Diário da República;
- Deliberação da Câmara Municipal;
- Formulário de participação na discussão pública
- Informação sobre a suspensão dos procedimentos no âmbito do período de discussão pública do PUCVC
- Elementos que a compõe:
 1. Regulamento
 2. Zonamento
 1. Planta de Zonamento – Classificação e Qualificação do Solo
 2. Planta de Zonamento – Salvaguardas
 3. Planta de Zonamento – Programação e Execução
 4. Planta de Zonamento – Regime de Proteção e Salvaguarda da Orla Costeira
 3. Condicionantes
 1. Planta de Condicionantes Gerais
 2. Planta de Condicionantes – APPS_SGFIR
 3. Planta de Condicionantes – Zonamento Acústico
- Elementos que a acompanham:
 1. Relatório
 2. Programa de Execução Plano de Financiamento
 3. Enquadramento
 4. Situação Existente
 5. Compromissos Urbanísticos

6. Infraestruturas
 1. Infraestruturas viárias
 2. Abastecimento de Água
 3. Águas Pluviais
 4. Águas Residenciais
 5. Energia Elétrica
7. Mapa de Ruído
8. Pareceres

Os elementos elencados foram ainda disponibilizados presencialmente no Serviço de Atendimento ao Múncipe (SAM), no edifício dos Paços do Concelho, onde foi realizado atendimento presencial aos requerentes, para esclarecimento das questões apresentadas, pelos técnicos da DGTS.

1.3 FORMAS DE PARTICIPAÇÃO

As participações foram feitas através do preenchimento do formulário (ver figura 2) disponibilizado para o efeito e entregues através das soluções disponibilizadas: presencialmente no SAM, enviadas por correio eletrónico para o endereço **sam@cm-viana-castelo.pt**, ou enviadas por correio normal para “*Câmara Municipal de Viana do Castelo, Passeio das Mordomas da Romaria, 4904-877 Viana do Castelo*”.



ALTERAÇÃO AO PLANO DE URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE VIANA DO CASTELO
DISCUSSÃO PÚBLICA (4.FEV A 4.MARÇO DE 2026)

IDENTIFICAÇÃO

NOME: _____

MORADA: _____

CÓDIGO POSTAL: _____ - _____

FREGUESIA: _____ NIF: _____

E-MAIL: _____

RECLAMAÇÕES/OBSERVAÇÕES/SUGESTÕES

Obs: Nos casos em que a participação respeite a um terreno ou propriedade específica deverá a mesma ser acompanhada de planta de localização com a delimitação a traço vermelho do referido terreno.

Figura 2 - Formulário de participação

1.4 SESSÕES PÚBLICAS DE ESCLARECIMENTO

Foram realizadas duas sessões públicas de apresentação e esclarecimento da proposta de Alteração ao PUCVC, devidamente publicitadas, contando com a presença da Ex.ma Sr. Vereadora Eng.ª Fabíola Oliveira e dos técnicos municipais da DGTS responsáveis pela elaboração da proposta.

As sessões de esclarecimento foram realizadas a 24 e 25 de fevereiro, com início marcado para as 18h00, na Biblioteca Municipal de Viana do Castelo e na Sociedade de Instrução e Recreio Darquense (SIRD) em Darque, respetivamente.



Figura 3 - 1ª sessão pública, Biblioteca Municipal



Figura 4 - 2ª sessão pública, SIRD

Nestas sessões, abertas à comunidade, a equipa técnica apresentou os principais aspetos da proposta de Alteração do PUCVC e respondeu às questões colocadas pelos presentes.

2. ANÁLISE DAS PARTICIPAÇÕES

2.1 METODOLOGIA DE ANÁLISE

Na prossecução de assegurar a uniformidade, rigor e sistematização do processo de tratamento e análise das participações recebidas, estas foram numeradas e processadas numa base de dados que conjugou a informação gráfica (polígonos) referenciada à cartografia com informação alfanumérica (texto em tabelas) contendo os dados do participante e do teor da participação.

De forma a tornar o tratamento e análise sistemáticos, a base de dados criada para este fim foi desenvolvida com todos os elementos relevantes da participação, designadamente: código / número de processo, data, tempestividade, nome, contacto e tipologia do participante, freguesia de incidência da participação, entre outros aspetos.

As participações foram analisadas tendo-se verificado que cada uma incidia em mais do que um tema. Assim, foram subdivididas para melhor análise e para se aferir do seu enquadramento na presente Discussão Pública. Os quesitos que resultaram desta subdivisão foram:

- agrupados em temáticas gerais;
- objeto de análise e tipificação;

- e proposta de resposta fundamentada.

Os dados pessoais recolhidos no âmbito da presente Discussão Pública não serão publicamente divulgados, em cumprimento do disposto no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD).

2.2 DADOS ESTATÍSTICOS

2.2.1 Análise quantitativa

Foram recebidas 122 participações conforme Matriz de Participação constante do [ANEXO II](#).

Algumas participações recebidas constituíam repetições de participações apresentadas inicialmente pelo que foram agrupadas nas primeiras, não contando para a contabilização final.

2.2.2 Análise tempestiva

Do total das 122 participações registadas, 80% são tempestivas, foram apresentadas dentro do prazo estabelecido, e 20% são intempestivas, foram apresentadas fora do prazo.

Atendendo à relevância deste regulamento e ao facto desta fase de elaboração constituir uma oportunidade para ouvir todos os interessados, as participações recebidas após o prazo estabelecido para a Discussão Pública, até à data limite para fecho deste documento também foram ponderadas.

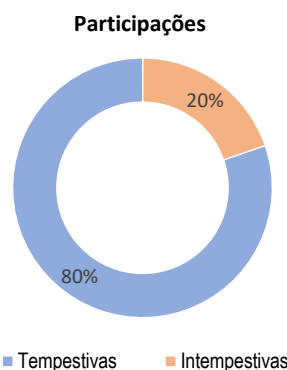


Gráfico 1 - Tempestividade das participações

2.2.3 Tipologia dos participantes

As participações registadas foram submetidas por participantes que integram as seguintes tipologias: particulares, coletivas (correspondendo a grupos de particulares), empresas, empresas imobiliárias, juntas de freguesia e outras entidades. Do total das 122 participações, 78% foram entregues por particulares. As participações restantes, 22%, foram entregues por participantes integrados nas restantes tipologias (particulares coletivos, empresas, imobiliárias e juntas de freguesia).

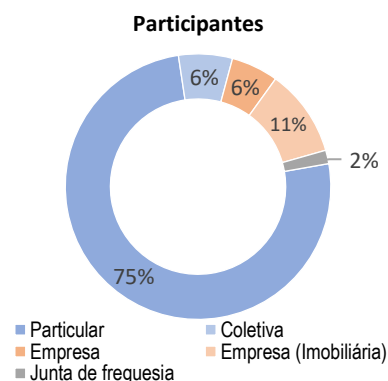


Gráfico 2 - Tipologia do participante

2.3 TIPOLOGIA E TEMÁTICAS DOS QUESITOS IDENTIFICADOS

Incidindo em mais do que um tema, as 122 participações foram subdivididas num total de 139 quesitos.

Não se tendo verificado a tipologia “Observações” nas participações recebidas, estes quesitos foram agrupados nas seguintes tipologias com a representatividade indicada no gráfico:

- Reclamações;
- Sugestões;
- Pedidos de esclarecimento.

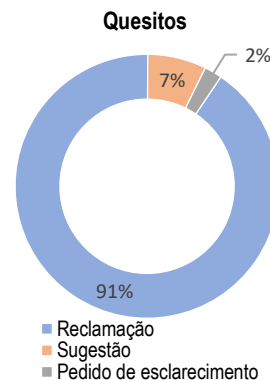


Gráfico 3 - Tipologia dos quesitos

A tipologia “Reclamações” representa mais de 90% da totalidade dos quesitos.

Os 139 quesitos identificados foram agrupados em 13 temáticas gerais, das quais se destacam, pela importância atribuída pelos participantes revelada pela quantidade apresentada, as seguintes:

- “Reclassificação” com 81 quesitos;
- “Parâmetros Urbanísticos” com 17 quesitos;
- “Programação / UOPG” com 11 quesitos.

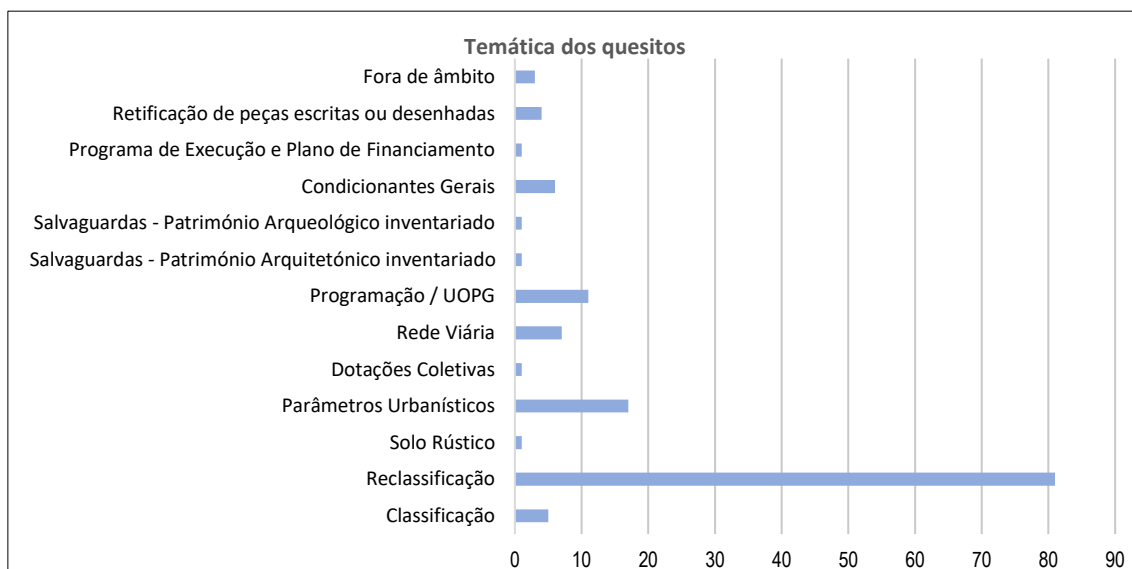


Gráfico 4 - Distribuição dos quesitos por temática

2.4 INCIDÊNCIA TERRITORIAL DOS QUESITOS IDENTIFICADOS

A incidência territorial dos quesitos identificados foi analisada, sendo que cerca de metade, 50%, incidiram sobre a União de freguesias de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela. As freguesias de Areosa, Darque e Santa Marta de Portuzelo tiveram incidência de 43% dos quesitos.

Relativamente aos restantes quesitos, 7%, reportaram-se a questões genéricas que não incidem sobre nenhuma parcela em concreto.

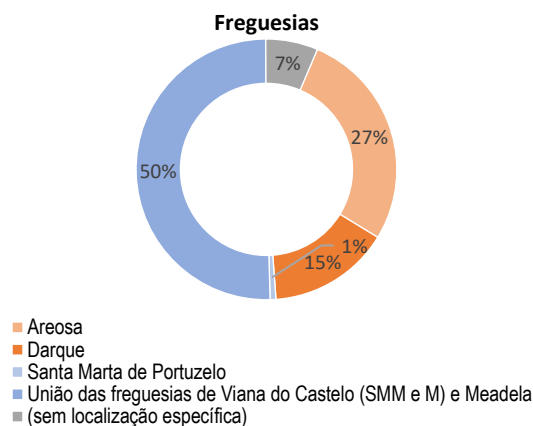


Gráfico 5 - Incidência territorial

3. PONDERAÇÃO E PROPOSTA DE RESPOSTA

A análise de cada um dos 139 quesitos reclamações / sugestões / pedidos de esclarecimento deu lugar às seguintes tipologias de proposta de resposta:

- **Procedentes** – quando incidem sobre o PUCVC, foram objeto de análise, sendo tidas por procedentes, devem ser atendidas e propostas para uma decisão favorável com a respetiva alteração em sede do documento a que diz respeito;
- **Parcialmente procedentes** – quando incidem sobre o PUCVC, foram objeto de análise, sendo tidas por parcialmente procedentes, devem ser atendidas e propostas para uma decisão favorável com a respetiva alteração em sede do documento na parte tida por procedente. Na parte tida por não procedente, não deve ser atendida e deve ser justificada a razão da improcedência da mesma;
- **Improcedentes** – quando incidem sobre o PUCVC, foram objeto de análise, sendo tidas por improcedentes, não devem ser atendidas e assim propostas para uma decisão desfavorável com a respetiva razão da sua improcedência;
- **Esclarecimento de conteúdo** – quando incidem sobre o PUCVC, foram objeto de análise, mas pela natureza dos quesitos em que não há uma proposta de alteração do conteúdo do PUCVC, mas antes a manifestação de uma opinião sobre as opções do mesmo, ou, em que é manifestada uma questão com base numa interpretação incorreta do articulado, é proposta uma resposta que esclareça as razões das opções feitas;
- **Fora do âmbito do PUCVC** – quando a natureza dos quesitos não incidem sobre o âmbito específico do PUCVC e não podem ser analisadas na presente Discussão Pública, pelo que é proposta uma resposta com a respetiva razão da sua não análise.

3.1 ANÁLISE QUALITATIVA DA TIPOLOGIA DAS RESPOSTAS

Da análise e ponderação dos 139 quesitos identificados concluiu-se que 17% foram acolhidos como procedentes, 26% parcialmente procedentes, 52% improcedentes.

Pela natureza de alguns quesitos, em que houve manifesto de opinião / questão com base em interpretação incorreta da proposta de alteração do plano, 1% dos quesitos mereceram esclarecimento de conteúdo.

Por não incidirem sobre o âmbito específico proposta de alteração do plano, 4% dos quesitos foram considerados fora do âmbito do PUCVC.

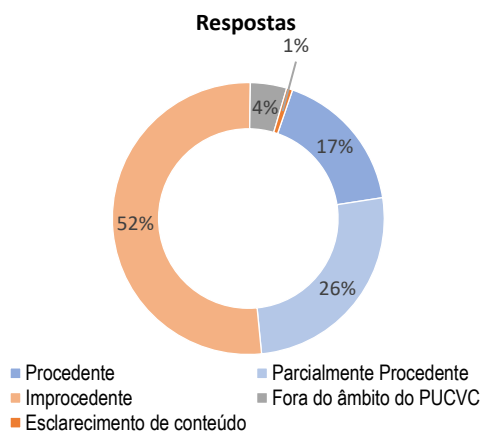


Gráfico 6 - Tipologia das respostas

Na Matriz de Análise e Ponderação, que foi desenvolvida para o presente processo de Discussão Pública, constante do **ANEXO III**, pode aferir-se de forma imediata a tipologia de resposta proposta para cada quesito identificado em cada participação.

4. SÍNTESE DA PRODUÇÃO DE ALTERAÇÕES À PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO PUCVC

4.1 ALTERAÇÕES DECORRENTES DA DISCUSSÃO PÚBLICA

Do processo de Discussão Pública e da análise das participações deduziu-se um conjunto de quesitos (43%), incluídos nas tipologias de resposta “*Procedente*” e “*Parcialmente Procedente*”, que pela sua pertinência e contributo para um PUCVC mais eficaz mereceram a inclusão na proposta de alteração, implicando por isso uma alteração das peças escritas e desenhadas que a compõem e que torna mais clara a aplicação do plano.

Estas alterações refletiram-se nos seguintes elementos da proposta:

- a) Elementos que a compõem:
 - i) Regulamento: alteração pontual da estrutura e do articulado conforme tabela constante do **ANEXO IV**;
 - ii) Planta de Zonamento – Classificação e Qualificação do Solo: alteração de delimitação de zonamento decorrente da ponderação das participações;
 - iii) Planta de Zonamento – Programação e Execução: alteração de rede viária, UOPG’s e equipamentos;
 - iv) Planta de Condicionantes Gerais: alteração de leitos e margens de linhas água, árvores de interesse público e rede primária das faixas de gestão de combustíveis;
 - v) Planta de Condicionantes – Zonamento Acústico: ajuste ao zonamento decorrente da alteração da Classificação e Qualificação do Solo decorridas.

b) Elementos que a acompanham:

- i) Relatório: reportadas as alterações efetuadas na sequência do presente procedimento de Discussão Pública;
- ii) Plano de Execução e Plano de Financiamento: alteração de rede viária, UOPG's e equipamentos;
- iii) Programação e Execução (Fichas individuais): alteração de rede viária, UOPG's e equipamentos.

4.2 ALTERAÇÕES DECORRENTES DE CONTRIBUTOS INTERNOS E ORGÂNICOS

Foram introduzidas alterações à proposta de alteração do PUCVC decorrentes de contributos internos e orgânicos, a saber: Alínea c), f), g), h) e j) do número 1 do Artigo 6º; Alínea i) do número 1 do Artigo 10º; Alínea b) do número 1 e alínea b) do número 2 do Artigo 28º; Alínea h) do número 2 do Artigo 31º; Alínea i) do Artigo 38º; Artigo 53.º; Artigo 77.º; Alínea a) do número 3 do Artigo 80º; Alínea a) do número 2, alínea c) do número 3, números 5 e 8 do Artigo 81º; Números 1 e 2 do Artigo 82º; Artigo 89.º; Número 1 do Artigo 90.º; Números 1 e 2 do Artigo 92º; Números 1 e 2 do Artigo 93º; Número 1 do Artigo 97º; Número 1 do Artigo 98º; Números 1 e 2 do Artigo 100º; Números 1 e 2 do Artigo 104º; Artigo 106.º; Números 1, 2 e 3 do Artigo 108º; Números 1, 2 e 3 do Artigo 112º; Número 4 dos Artigos 170.º, 171.º, 172.º, 173.º e 174.º; Número 1 do Artigo 172.º; Números 1 e 2 do Artigo 201º; Pontos 2, 3, 6, 11 e 13 do ANEXO II – Parâmetros de estacionamento.

Estas alterações introduzidas não alteraram o conteúdo da proposta na sua essência, mas destinaram-se a clarificar a mesma e a garantir que os objetivos do Plano se mantinham face às alterações provenientes dos contributos colhidos em sede de Discussão Pública.

5. CONCLUSÕES

A consulta pública não constituiu uma mera formalidade jurídica tendo despoletado o interesse proactivo de vários quadrantes, não apenas do setor privado, mas também dos setores empresarial e público (juntas de freguesia).

Todas as participações (reclamações / sugestões, observações e pedidos de esclarecimento) foram analisadas detalhadamente com base no rigor e na transparência.

A pertinência dos quesitos atendidos e dos contributos apresentados justificou a alteração e o aperfeiçoamento das peças que constituem e que acompanham o Plano, contribuindo de forma decisiva para a simplificação e melhoria do conteúdo final da proposta de Alteração do PUCVC.

6. ANEXOS

ANEXO I. Aviso n.º 1603/2026/2, do Diário da República, 2.ª série, N.º 18, de 27 de janeiro de 2026



2.ª série
N.º 18
27-01-2026

MUNICÍPIO DE VIANA DO CASTELO

Aviso n.º 1603/2026/2

Sumário: Procede à abertura do período de discussão pública da proposta de alteração ao Plano de Urbanização da Cidade de Viana do Castelo.

Luís Nobre, Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo, torna público que, a Câmara Municipal de Viana do Castelo na sua reunião de 22 de dezembro de 2025 deliberou, nos termos do disposto no artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 80/2015 submeter a alteração do Plano de Urbanização da Cidade de Viana do Castelo a discussão pública, a qual terá início após o 5.º dia útil a seguir à publicação do presente aviso, com a duração de 20 dias úteis durante o qual os interessados, podem consultar, no Serviço de Atendimento ao Munícipe (SAM) da Câmara Municipal e no sítio da internet <https://www.cm-viana-castelo.pt>, os documentos que acompanham a presente deliberação, e, através de formulário existente no Serviço de Atendimento ao Munícipe (SAM) desta Câmara Municipal ou na página eletrónica do Município, apresentar as suas reclamações, observações ou sugestões.

Serão realizadas duas sessões públicas de apresentação da proposta de alteração ao Plano de Urbanização da Cidade de Viana do Castelo em local e data a anunciar oportunamente através da página eletrónica do município em <https://www.cm-viana-castelo.pt/>

As participações deverão ser entregues no SAM da Câmara Municipal, ou enviados por correio eletrónico para o endereço consultapublica@cm-viana-castelo.pt, ou por correio normal para a Câmara Municipal de Viana do Castelo, Passeio das Mordomas da Romaria, 4904-877 Viana do Castelo.

20 de janeiro de 2026. — O Presidente da Câmara, Luís Nobre.

619943164

Aviso n.º 1603/2026/2

1/1

ANEXO II. Matriz de Participação

MATRIZ DE PARTICIPAÇÃO						
n.º	ID	N.º de processo	Data	Tempestividade	Tipologia do participante	Freguesia *
1	1	AVL2026/00113	09/02/26	Dentro do prazo	Particular	160 948
2	2	AVL2026/00137	18/02/26	Dentro do prazo	Particular	160 948
3	3	AVL2026/00138	18/02/26	Dentro do prazo	Particular	160 948
4	4	AVL2026/00148	19/02/26	Dentro do prazo	Particular	160 905
5	5	AVL2026/00149	19/02/26	Dentro do prazo	Particular	160 905
6	6	AVL2026/00150	19/02/26	Dentro do prazo	Particular	160 948
7	7	AVL2026/00156	20/02/26	Dentro do prazo	Particular	0
8	8	AVL2026/00157	20/02/26	Dentro do prazo	Particular	0
9	9	AVL2026/00158 - AVL2026/000160	20/02/26	Dentro do prazo	Particular	0
10	10	AVL2026/00159	20/02/26	Dentro do prazo	Particular	0
11	12	AVL2026/00169_A	24/02/26	Dentro do prazo	Particular	160 905
11	13	AVL2026/00169_B	24/02/26	Dentro do prazo	Particular	160 948
11	14	AVL2026/00169_C	24/02/26	Dentro do prazo	Particular	160 905
11	15	AVL2026/00169_D	24/02/26	Dentro do prazo	Particular	160 905
11	133	AVL2026/00169_E	24/02/26	Dentro do prazo	Particular	160 905
12	16	AVL2026/00170	24/02/26	Dentro do prazo	Particular	160 905
13	17	AVL2026/00171 - AVL2026/00172	24/02/26	Dentro do prazo	Particular	160 911
14	18	AVL2026/00174	24/02/26	Dentro do prazo	Particular	160 948
15	19	AVL2026/00175	25/02/26	Dentro do prazo	Particular	160 905
16	20	AVL2026/00176	26/02/26	Dentro do prazo	Particular	160 948
17	21	AVL2026/00177	26/02/26	Dentro do prazo	Particular	160 948
18	22	AVL2026/00178	26/02/26	Dentro do prazo	Particular	160 948
19	23	AVL2026/00181	26/02/26	Dentro do prazo	Particular	160 948
20	24	AVL2026/00183	27/02/26	Dentro do prazo	Particular	160 905
21	25	AVL2026/00185_A	27/02/26	Dentro do prazo	Coletiva	160 905
21	26	AVL2026/00185_B	27/02/26	Dentro do prazo	Coletiva	160 905
21	27	AVL2026/00185_C	27/02/26	Dentro do prazo	Coletiva	160 948
21	28	AVL2026/00185_D	27/02/26	Dentro do prazo	Coletiva	160 905
22	29	AVL2026/00188	02/03/26	Dentro do prazo	Particular	160 948
23	30	AVL2026/00189_A	02/03/26	Dentro do prazo	Particular	160 948
23	31	AVL2026/00189_B	02/03/26	Dentro do prazo	Particular	160 948
24	32	AVL2026/00190 - AVL2026/00213	02/03/26	Dentro do prazo	Particular	160 948
25	33	AVL2026/00191	02/03/26	Dentro do prazo	Particular	160 948
26	34	AVL2026/00192	02/03/26	Dentro do prazo	Particular	160 905

MATRIZ DE PARTICIPAÇÃO						
n.º	ID	N.º de processo	Data	Tempestividade	Tipologia do participante	Freguesia *
27	35	AVL2026/00193	02/03/26	Dentro do prazo	Particular	160 911
28	36	AVL2026/00194	02/03/26	Dentro do prazo	Particular	160 911
29	37	AVL2026/00195	02/03/26	Dentro do prazo	Particular	160 948
30	38	AVL2026/00196	02/03/26	Dentro do prazo	Particular	160 948
31	39	AVL2026/00197	02/03/26	Dentro do prazo	Particular	160 948
32	40	AVL2026/00198	02/03/26	Dentro do prazo	Particular	160 948
33	41	AVL2026/00199	02/03/26	Dentro do prazo	Particular	160 911
34	42	AVL2026/00201 - AVL2026/00214	02/03/26	Dentro do prazo	Particular	160 948
35	11	AVL2026/00168 - AVL2026/00210 - AVL2026/00217	03/03/26	Dentro do prazo	Particular	160 928
36	43	AVL2026/00203	03/03/26	Dentro do prazo	Particular	160 948
37	44	AVL2026/00207	03/03/26	Dentro do prazo	Particular	160 911
38	45	AVL2026/00211	03/03/26	Dentro do prazo	Particular	160 948
39	46	AVL2026/00212	03/03/26	Dentro do prazo	Particular	0
40	47	AVL2026/00216	03/03/26	Dentro do prazo	Particular	160 905
41	48	AVL2026/00218	03/03/26	Dentro do prazo	Particular	160 948
42	49	AVL2026/00221	03/03/26	Dentro do prazo	Particular	160 948
43	50	AVL2026/00222_A	03/03/26	Dentro do prazo	Coletiva	160 948
43	134	AVL2026/00222_B	03/03/26	Dentro do prazo	Coletiva	160 948
44	51	AVL2026/00223	03/03/26	Dentro do prazo	Particular	160 905
45	52	AVL2026/00224	03/03/26	Dentro do prazo	Particular	160 948
46	53	AVL2026/00225	03/03/26	Dentro do prazo	Empresa (Imobiliária)	160 948
47	135	AVL2026/00226	03/03/26	Dentro do prazo	Empresa (Imobiliária)	160 911
48	54	AVL2026/00227	03/03/26	Dentro do prazo	Particular	160 948
49	55	AVL2026/00228_A - AVL2026/00262_A	03/03/26	Dentro do prazo	Coletiva	160 948
49	56	AVL2026/00228_B - AVL2026/00262_B	03/03/26	Dentro do prazo	Coletiva	160 948
50	57	AVL2026/00229	03/03/26	Dentro do prazo	Empresa (Imobiliária)	160 911
51	58	AVL2026/00230	04/03/26	Dentro do prazo	Empresa (Imobiliária)	160 911
52	59	AVL2026/00231	04/03/26	Dentro do prazo	Particular	160 948
53	60	AVL2026/00232	04/03/26	Dentro do prazo	Empresa (Imobiliária)	160 911
54	61	AVL2026/00233 - AVL2026/00237	04/03/26	Dentro do prazo	Empresa (Imobiliária)	160 948
55	62	AVL2026/00234	04/03/26	Dentro do prazo	Empresa (Imobiliária)	160 905
56	63	AVL2026/00235	04/03/26	Dentro do prazo	Particular	160 948
57	64	AVL2026/00236	04/03/26	Dentro do prazo	Particular	160 911
58	65	AVL2026/00238	04/03/26	Dentro do prazo	Particular	160 911
59	66	AVL2026/00239	04/03/26	Dentro do prazo	Empresa (Imobiliária)	160 948

MATRIZ DE PARTICIPAÇÃO						
n.º	ID	N.º de processo	Data	Tempestividade	Tipologia do participante	Freguesia *
60	67	AVL2026/00240	04/03/26	Dentro do prazo	Empresa (Imobiliária)	160 948
61	68	AVL2026/00241	04/03/26	Dentro do prazo	Particular	160 905
62	69	AVL2026/00242	04/03/26	Dentro do prazo	Particular	160 905
63	70	AVL2026/00243	04/03/26	Dentro do prazo	Particular	160 905
64	71	AVL2026/00244	04/03/26	Dentro do prazo	Particular	160 905
65	72	AVL2026/00246	04/03/26	Dentro do prazo	Particular	160 905
66	73	AVL2026/00247	04/03/26	Dentro do prazo	Particular	160 905
67	74	AVL2026/00248	04/03/26	Dentro do prazo	Particular	160 905
68	75	AVL2026/00249	04/03/26	Dentro do prazo	Particular	160 905
69	76	AVL2026/00250	04/03/26	Dentro do prazo	Particular	160 905
70	77	AVL2026/00251	04/03/26	Dentro do prazo	Particular	160 905
71	78	AVL2026/00252	04/03/26	Dentro do prazo	Junta de freguesia	160 905
72	79	AVL2026/00253	04/03/26	Dentro do prazo	Particular	160 948
73	80	AVL2026/00254	04/03/26	Dentro do prazo	Particular	160 911
74	81	AVL2026/00255	04/03/26	Dentro do prazo	Particular	160 948
75	82	AVL2026/00256 - AVL2026/00270	04/03/26	Dentro do prazo	Particular	160 948
76	83	AVL2026/00257	04/03/26	Dentro do prazo	Particular	160 948
77	84	AVL2026/00258	04/03/26	Dentro do prazo	Empresa (Imobiliária)	0
78	85	AVL2026/00259	04/03/26	Dentro do prazo	Particular	160 948
79	86	AVL2026/00260	04/03/26	Dentro do prazo	Particular	160 948
80	87	AVL2026/00261	04/03/26	Dentro do prazo	Particular	160 948
81	88	AVL2026/00263	04/03/26	Dentro do prazo	Empresa (Imobiliária)	160 948
82	89	AVL2026/00264_A	04/03/26	Dentro do prazo	Coletiva	160 948
82	137	AVL2026/00264_B	04/03/26	Dentro do prazo	Coletiva	160 948
82	138	AVL2026/00264_C	04/03/26	Dentro do prazo	Coletiva	160 948
83	90	AVL2026/00265	04/03/26	Dentro do prazo	Empresa (Imobiliária)	160 911
84	91	AVL2026/00266	04/03/26	Dentro do prazo	Empresa (Imobiliária)	160 911
85	92	AVL2026/00267	04/03/26	Dentro do prazo	Particular	160 948
86	93	AVL2026/00268	04/03/26	Dentro do prazo	Particular	160 905
87	94	AVL2026/00269 - AVL2026/00275	04/03/26	Dentro do prazo	Particular	160 948
88	95	AVL2026/00271	04/03/26	Dentro do prazo	Particular	160 905
89	96	AVL2026/00272	04/03/26	Dentro do prazo	Empresa	160 911
90	97	AVL2026/00273	04/03/26	Dentro do prazo	Empresa (Imobiliária)	160 948
91	98	AVL2026/00274	04/03/26	Dentro do prazo	Particular	160 905
92	99	AVL2026/00276	04/03/26	Dentro do prazo	Particular	160 948
93	100	AVL2026/00277-A	04/03/26	Dentro do prazo	Empresa	160 948

MATRIZ DE PARTICIPAÇÃO						
n.º	ID	N.º de processo	Data	Tempestividade	Tipologia do participante	Freguesia *
93	136	AVL2026/00277-B	04/03/26	Dentro do prazo	Empresa	160 948
94	101	AVL2026/00278	04/03/26	Dentro do prazo	Particular	160 911
95	102	AVL2026/00279	04/03/26	Dentro do prazo	Particular	160 905
96	103	AVL2026/00280	04/03/26	Dentro do prazo	Empresa (Imobiliária)	160 948
97	104	AVL2026/00281	04/03/26	Dentro do prazo	Particular	160 905
98	105	AVL2026/00282 - AVL 2026/00309	04/03/26	Dentro do prazo	Particular	160 948
99	106	AVL2026/00284	05/03/26	Fora de prazo	Particular	160 948
100	107	AVL2026/00285-A	05/03/26	Fora de prazo	Particular	160 911
100	108	AVL2026/00285-B	05/03/26	Fora de prazo	Particular	160 911
100	109	AVL2026/00285-C	05/03/26	Fora de prazo	Particular	160 911
101	110	AVL2026/00286	05/03/26	Fora de prazo	Particular	160 948
102	111	AVL2026/00287	05/03/26	Fora de prazo	Particular	160 905
103	112	AVL2026/00288	05/03/26	Fora de prazo	Particular	160 905
104	113	AVL2026/00289	05/03/26	Fora de prazo	Particular	160 948
105	114	AVL2026/00290	05/03/26	Fora de prazo	Empresa	160 905
106	115	AVL2026/00291	05/03/26	Fora de prazo	Empresa	160 905
107	0	AVL2026/00292	05/03/26	Fora de prazo	Particular	160 905
108	116	AVL2026/00295	05/03/26	Fora de prazo	Empresa	160 948
109	117	AVL2026/00296	05/03/26	Fora de prazo	Particular	160 948
110	118	AVL2026/00297	05/03/26	Fora de prazo	Particular	160 948
111	119	AVL2026/00298	05/03/26	Fora de prazo	Particular	160 905
112	120	AVL2026/00299 - AVL2026/00307	05/03/26	Fora de prazo	Particular	160 948
113	121	AVL2026/00300	05/03/26	Fora de prazo	Particular	160 948
114	122	AVL2026/00301-A	05/03/26	Fora de prazo	Particular	0
114	123	AVL2026/00301-B	05/03/26	Fora de prazo	Particular	0
114	124	AVL2026/00301-C	05/03/26	Fora de prazo	Particular	0
115	125	AVL2026/00302	05/03/26	Fora de prazo	Empresa	160 948
116	126	AVL2026/00304	05/03/26	Fora de prazo	Particular	160 911
117	127	AVL2026/00305	05/03/26	Fora de prazo	Particular	160 911
118	128	AVL2026/00306	05/03/26	Fora de prazo	Particular	160 948
119	129	AVL2026/00308	05/03/26	Fora de prazo	Particular	160 948
120	130	AVL2026/00310	05/03/26	Fora de prazo	Particular	160 948
121	131	AVL2026/00311	05/03/26	Fora de prazo	Particular	160 948
122	132	AVL2026/00316	05/03/26	Fora de prazo	Junta de freguesia	160 948

Nota *: Código de freguesia:

160 905 – Areosa

160 911 – Darque

160 928 – Santa Marta de Portuzelo

160 948 – União das freguesias de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela

0 – (participações sobre aspetos gerais da proposta de alteração ao PUCVC sem localização específica)

ANEXO III. Matriz de Análise, Ponderação e Resposta

MATRIZ DE ANÁLISE, PONDERAÇÃO E RESPOSTA						
Id	N.º Processo	Quesito	Tipologia do quesito	Temática do quesito	Ponderação / resposta / fundamentação	Tipologia da resposta
1	AVL2026/00113	Criação de um Parque da Cidade na área em que anexo uma planta	Sugestão	Reclassificação	A área delimitada em planta pelo munícipe integra parcialmente um conjunto de Unidades Operativas de Gestão (UOPG) - UOPG 72, 72-A e 72-B, que substanciam a ideia de um parque da Cidade conforme sugerido. A UOPG 72 tem como objetivo a criação de um polo desportivo que integra e amplia o complexo do estádio Manuela Machado, em conexão com o parque da ecológico da cidade através das UOPG 72-A e 72-B, promovendo a criação de um corredor verde com diversas tipologias de equipamentos desportivos, nomeadamente os que promovem os desportos de natureza.	Procedente
2	AVL2026/00137	Solicita que terreno em Equipamentos Propostos (mantém-se classificação atual) passe a Solo Urbano para Habitação, Comércio e Serviços.	Reclamação	Reclassificação	O terreno em causa encontra-se inserido numa área abrangida por um conjunto de equipamentos escolares e desportivos, constituindo uma área residual que resultou do desenho do traçado da Av. de Angola. Em termos urbanísticos, não faz sentido do ponto de vista do ordenamento a sua ocupação com tipologias de construção autónomas à função de equipamentos, pondo em causa a coerência na continuidade da frente urbana e dos espaços já definidos.	Improcedente
3	AVL2026/00138	Alteração de espaço canal proposto solicitando que a proposta dos arruamentos se mantenha nos termos do atual estudo da UOPG16	Reclamação	Rede Viária	Após análise dos precedentes relativos à UOPG16, conclui-se que o pedido reúne condições para ser aceite.	Procedente
4	AVL2026/00148	Solicita que a propriedade, atualmente e na proposta de alteração do PUC parcialmente em solo rústico, fique totalmente em solo urbano.	Reclamação	Reclassificação	Tendo em atenção a necessidade imposta pelo RJGT de adaptar a classificação do solo aos critérios do RJGT sob pena de revogação do Plano de Urbanização da Cidade de Viana do Castelo, foi decidido pela Câmara Municipal não incluir no âmbito desta alteração mudanças na delimitação das Reservas Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional, pelo que todas as alterações de classificação que delas careçam não são possíveis de efetuar no presente procedimento.	Improcedente
5	AVL2026/00149	Solicita que a propriedade em solo rústico (Espaço Florestal de Proteção), fique em solo urbano.	Reclamação	Reclassificação	Tendo em atenção a necessidade imposta pelo RJGT de adaptar a classificação do solo aos critérios do RJGT sob pena de revogação do Plano de Urbanização da Cidade de Viana do Castelo, foi decidido pela Câmara Municipal não incluir no âmbito desta alteração mudanças na delimitação das Reservas Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional, pelo que todas as alterações de classificação que delas careçam não são possíveis de efetuar no presente procedimento.	Improcedente
6	AVL2026/00150	Solicita que a propriedade em solo rústico (em RAN e parcialmente em REN), passe para solo urbano.	Reclamação	Reclassificação	Tendo em atenção a necessidade imposta pelo RJGT de adaptar a classificação do solo aos critérios do RJGT sob pena de revogação do Plano de Urbanização da Cidade de Viana do Castelo, foi decidido pela Câmara Municipal não incluir no âmbito desta alteração mudanças na delimitação das Reservas Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional, pelo que todas as alterações de classificação que delas careçam não são possíveis de efetuar no presente procedimento.	Improcedente
7	AVL2026/00156	Contesta a redação do regulamento relativamente à contabilização das varandas cobertas para o índice de construção.	Reclamação	Parâmetros Urbanísticos	Avaliada a proposta consideram-se os argumentos apresentados consistentes e coerentes com os objetivos da proposta de alteração do PUCVC, pelo que se acolhe a mesma, alterando-se o articulado em conformidade.	Procedente
8	AVL2026/00157	Sugere que se pondere o regime de estacionamento privado, flexibilizando-se a sua exigência, com propostas regulamentares.	Reclamação	Dotações Coletivas	Ponderadas as propostas efetuadas com a respetiva fundamentação e considerando a flexibilização já permitida para as operações urbanísticas afetas a habitação a custos controlados, propõe-se a eliminação da exigência do mínimo de 1 lugar/fogo, nas tipologias em banda ou em bloco, mantendo-se o rácio proposto de previsão mínima de 1 lugar/100 m² de construção. Para a habitação a custos controlados propõe-se igualmente a alteração do rácio de 1 lugar/fogo para 1 lugar/125 m². A proposta de aceitação de uma percentagem de 20% de lugares de estacionamento privado em fração autónoma, com inevitável pressão sobre o espaço público em matéria de disponibilidade de estacionamento público, considerando as alterações regulamentares já previstas (redução dos rácios de estacionamento público), não será de atender.	Parcialmente procedente
9	AVL2026/00158 - AVL2026/000160	Sugere que se pondere a flexibilização do regime <i>non aedificandi</i> e horizonte temporal de aplicabilidade.	Reclamação	Rede Viária	Os espaços canal, hierarquizados em função da sua relevância para o ordenamento do território, existem para a salvaguarda de execução de rodovias e ferrovias, infraestruturas de interesse público e como tal acima de interesses privados que possam condicionar de forma significativa ou total a sua execução. Conforme previsto no artigo 159.º do regulamento, a restrição ao aproveitamento legítimo para edificação no solo urbano não é absoluta, sendo admitidas obras de reabilitação e obras de edificação desde que suportadas na aprovação do projeto da infraestrutura em causa, projeto que pode ser elaborado por entidade pública e/ou privada.	Improcedente
10	AVL2026/00159	Não concorda com a eliminação do mecanismo regulamentar de adaptação às pré-existências edificadas e estudos de enquadramento	Reclamação	Parâmetros Urbanísticos	A proposta de alteração do PUCVC resulta de uma análise criteriosa das características morfotipológicas da área abrangida. Resultante desta análise a proposta prevê de forma objetiva, transparente, previsível e com segurança jurídica, em contraponto com o PUCVC em vigor, índices urbanísticos, cércneas e tipologias. A experiência da gestão do artigo 15.º, n.º 3, alínea b) do regulamento do PUCVC em vigor, demonstra que este instrumento foi usado para contornar de forma sistemática as opções base do plano em vigor ao nível das tipologias, sempre no sentido de se agravar a carga urbanística prevista. A densificação regulamentar feita na proposta de alteração do PUCVC ao nível das categorias e subcategorias do solo urbano, com 6 níveis de índices e de subcategorias, em contraponto aos 3 níveis de categoriais do solo urbanizado afeto ao uso habitacional e 2 níveis de índices existentes, visa reduzir de forma efetiva o caráter discricionário dos estudos de	Improcedente

MATRIZ DE ANÁLISE, PONDERAÇÃO E RESPOSTA						
Id	N.º Processo	Quesito	Tipologia do quesito	Temática do quesito	Ponderação / resposta / fundamentação	Tipologia da resposta
					enquadramento, promovendo a celeridade na aprovação dos projetos e a segurança jurídica da aplicação do plano, com possibilidade de aplicação objetiva de um regime excecional para as situações de colmatção.	
11	AVL2026/00168 - AVL2026/00210 - AVL2026/00217	Reclassificação de terrenos para solo urbano	Reclamação	Fora de âmbito	Tendo em atenção a necessidade imposta pelo RJIGT de adaptar a classificação do solo aos critérios do RJIGT sob pena de revogação do Plano de Urbanização da Cidade de Viana do Castelo, foi decidido pela Câmara Municipal não incluir no âmbito desta alteração mudanças na delimitação das Reservas Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional, pelo que todas as alterações de classificação que delas careçam não são possíveis de efetuar no presente procedimento.	Improcedente
12	AVL2026/00169_A	Clarificar as áreas eliminadas de equipamentos desportivos na freguesia da Areosa	Sugestão	Classificação	A proposta não identifica áreas eliminadas relativamente ao PUC em vigor.	Improcedente
13	AVL2026/00169_B	Classificar e proteger o registo B.19.1 - Cancela de Areosa - Castro	Sugestão	Salvaguardas - Património Arqueológico inventariado	Está inserido no património arqueológico inventariado, que já lhe confere uma proteção legal resultante da lei geral do património e do previsto em regulamento do PUC.	Improcedente
14	AVL2026/00169_C	Correção da área de salvaguarda do B.5.21 - Pia dos Eidos / Inventariação e registo de todos os moinhos e fontenários existentes	Sugestão	Salvaguardas - Património Arquitetónico inventariado	Estão inventariados os moinhos e fontanários mais relevantes no sentido de proteger a sua preservação. Toda a inventariação visou verificar o mais exaustivamente possível o Património Cultural Construído do Concelho de Viana do Castelo, tendo por base a atualização do património não classificado vigente no Plano Diretor Municipal (PDM) e o Plano de Urbanização da Cidade (PUC) em vigor. Relativamente à opção de eliminar a área de salvaguarda arqueológica da Pia dos Eidos para criação de um parque de estacionamento, não está previsto a criação de estacionamento.	Improcedente
15	AVL2026/00169_D	Programa de execução - Alteração ao nível de prioridade da ação EE12-13	Sugestão	Programa de Execução e Plano de Financiamento	O programa de execução é estabelecido pelo Município de Viana do Castelo, pelo lançamento das ações no Plano Plurianual de Investimentos, em sede das Grandes Opções do Plano, para a concretização dos objetivos estratégicos do PUC. Na definição da prioridade das várias ações a executar, também foi tido em conta o critério geográfico e a execução diacrónica pelas diferentes freguesias.	Improcedente
133	AVL2026/00169_E	Eliminação do traçado da R3-05 / Eliminação parcial do traçado da R2-01	Sugestão	Rede Viária	A rede terciária proposta é de distribuição local composta por vias de acesso com alguma capacidade de escoamento. Nestas vias, as funções relacionadas com a acessibilidade devem sobrepor as funções relacionadas com a mobilidade. Por isso, a rede terciária deve priorizar a melhoria das condições de comodidade e de segurança. A proposta R3-05 está inserida na categoria de solo urbano e encontra-se alinhada com os pressupostos previamente estabelecidos e supramencionados. A rede secundária proposta é de distribuição secundária com funções mistas de distribuição local e de acesso. Estas vias permitem a ligação da rede primária aos aglomerados envolventes. A proposta R2-01 é eliminada e a rede secundária é garantida através da rede existente por forma a garantir a continuidade de uma alternativa viável e paralela à rede secundária existente (EN13).	Parcialmente procedente
16	AVL2026/00170	Reclama sobre a reclassificação do solo de urbano para solo rústico. Pretende manter a atual classificação, permitindo a sua edificação.	Reclamação	Reclassificação	Face aos aspetos focados na participação apresentada, procedeu-se à reclassificação parcial da área em questão integrando a categoria de Solo Urbano já estabelecida para os terrenos contíguos ao longo da Ribeira do Pego - Espaços Urbanos Baixa Densidade Nível II (EUBDII), mantendo a continuidade da frente urbana. A área de terreno abrangida pela linha de Margem foi afetada à categoria de Espaços Naturais e Paisagísticos Ribeirinhos, salvaguardando os aspetos referentes à dominialidade do Domínio Hídrico.	Parcialmente procedente
17	AVL2026/00171 - AVL2026/00172	Reclama da manutenção da parcela em solo rústico.	Reclamação	Reclassificação	Tendo em atenção a necessidade imposta pelo RJIGT de adaptar a classificação do solo aos critérios do RJIGT sob pena de revogação do Plano de Urbanização da Cidade de Viana do Castelo, foi decidido pela Câmara Municipal não incluir no âmbito desta alteração mudanças na delimitação das Reservas Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional, pelo que todas as alterações de classificação que delas careçam não são possíveis de efetuar no presente procedimento.	Improcedente
18	AVL2026/00174	Solicita que a parcela localizada em zona de edifícios uni ou bifamiliares passe para multifamiliares.	Reclamação	Reclassificação	O pedido apresentado pelo munícipe tem enquadramento na proposta de alteração do PUC agora em revisão pública dado que as classes de espaços em que se integra a sua parcela admitem tipologias multifamiliares.	Parcialmente procedente
19	AVL2026/00175	Solicita que a propriedade, parcialmente em solo rústico, Espaço Florestal e REN, passe totalmente para solo urbano.	Reclamação	Reclassificação	Tendo em atenção a necessidade imposta pelo RJIGT de adaptar a classificação do solo aos critérios do RJIGT sob pena de revogação do Plano de Urbanização da Cidade de Viana do Castelo, foi decidido pela Câmara Municipal não incluir no âmbito desta alteração mudanças na delimitação das Reservas Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional, pelo que todas as alterações de classificação que delas careçam não são possíveis de efetuar no presente procedimento.	Improcedente

MATRIZ DE ANÁLISE, PONDERAÇÃO E RESPOSTA						
Id	N.º Processo	Quesito	Tipologia do quesito	Temática do quesito	Ponderação / resposta / fundamentação	Tipologia da resposta
20	AVL2026/00176	Reclama da classificação da propriedade como solo rústico, categoria de Espaço Florestal de Recreio, Valor Paisagístico e Proteção, apresentando argumentação para alterar a classificação do solo para urbano, categorias Espaço Central de Nível I ou Espaço Habitacional de Nível II.	Reclamação	Reclassificação	Tendo em atenção a necessidade imposta pelo RJIGT de adaptar a classificação do solo aos critérios do RJIGT sob pena de revogação do Plano de Urbanização da Cidade de Viana do Castelo, foi decidido pela Câmara Municipal não incluir no âmbito desta alteração mudanças na delimitação das Reservas Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional, pelo que todas as alterações de classificação que delas careçam não são possíveis de efetuar no presente procedimento.	Improcedente
21	AVL2026/00177	Sugere e argumenta a remoção da via horizontal prevista na UOPG 16	Sugestão	Rede Viária	A rede terciária proposta é de distribuição local composta por vias de acesso com alguma capacidade de escoamento. Nestas vias, as funções relacionadas com a acessibilidade devem sobrepor as funções relacionadas com a mobilidade. Por isso, a rede terciária deve priorizar a melhoria das condições de comodidade e de segurança. A proposta R3-01 está inserida na categoria de solo urbano e encontra-se alinhada com os pressupostos previamente estabelecidos e supramencionados. A área territorial delimitada pela UOPG 16 é pouco estruturada em termos urbanísticos, pelo que se prevê a sua colmatação e consolidação ao tecido urbano envolvente. Após análise dos precedentes relativos à UOPG16, entende-se que é adequada quanto à colmatação e consolidação do tecido urbano envolvente.	Improcedente
22	AVL2026/00178	Reclama da classificação da propriedade como solo rústico, categoria de Espaço Agrícola de Proteção, apresentando argumentação para alterar a classificação do solo para urbano, categorias Espaço Central de Nível I ou Espaço Habitacional de Nível II.	Reclamação	Reclassificação	Tendo em atenção a necessidade imposta pelo RJIGT de adaptar a classificação do solo aos critérios do RJIGT sob pena de revogação do Plano de Urbanização da Cidade de Viana do Castelo, foi decidido pela Câmara Municipal não incluir no âmbito desta alteração mudanças na delimitação das Reservas Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional, pelo que todas as alterações de classificação que delas careçam não são possíveis de efetuar no presente procedimento.	Improcedente
23	AVL2026/00181	Reclama da classificação da propriedade como solo rústico, categoria de Espaço Agrícola de Produção e Espaço Agroflorestal, apresentando argumentação para alterar a classificação do solo para urbano.	Reclamação	Reclassificação	Tendo em atenção a necessidade imposta pelo RJIGT de adaptar a classificação do solo aos critérios do RJIGT sob pena de revogação do Plano de Urbanização da Cidade de Viana do Castelo, foi decidido pela Câmara Municipal não incluir no âmbito desta alteração mudanças na delimitação das Reservas Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional, pelo que todas as alterações de classificação que delas careçam não são possíveis de efetuar no presente procedimento.	Improcedente
24	AVL2026/00183	Reclama sobre a reclassificação do solo de urbano para rústico. Pretende manter a atual classificação, permitindo a sua edificação.	Reclamação	Reclassificação	Face aos aspetos focados na participação apresentada, procedeu-se à reclassificação parcial da parcela em questão integrando a categoria de Solo Urbano já estabelecida para os terrenos contíguos ao longo da Ribeira do Pego - Espaços Urbanos Baixa Densidade Nível II (EUBDII), mantendo a continuidade da frente urbana. A área de terreno abrangida pela linha de Margem foi afetada à categoria de Espaços Naturais e Paisagísticos Ribeirinhos, salvaguardando os aspetos referentes à dominialidade do Domínio Hídrico.	Parcialmente procedente
25	AVL2026/00185_A	Contestam a urbanização da área afeta ao PPLN. Refutam a rede terciária local apresentada para a UOPG 71 e envolvente. Referem ainda a existência de árvores classificadas de interesse público à rua de Vigo que colide com esse traçado.	Reclamação	Programação / UOPG	Os objetivos da delimitação da UOPG 71 prendem-se com a consolidação e reforço das caraterísticas de centralidade, justificada entre outras razões, pelo fluxo, atratividade e diversidade de funções existentes. Os Termos de Referência base da elaboração do Plano de Pormenor do Litoral Norte (PPLN) para a área da UOPG 71 preveem: assegurar a reconversão e reabilitação da área afeta, através da implementação de uma nova frente urbana; potenciar a oferta de habitação, num cenário de grande procura e escassez de oferta; promover a ampliação da rede de modos suaves de circulação, de ligação aos diversos equipamentos escolares e desportivos existentes na zona. O PPLN será executado através dos sistemas de execução previstos no artigo 147.º do RJIGT, salvo superior alteração legislativa. A rede terciária local que está representada nas plantas de zonamento de classificação e qualificação do solo e de programação, apresentadas para Discussão Pública, constitui um lapso, não havendo intenção de manter esse traçado. Por definição, esta rede representa os traçados de acesso local com maior flexibilidade de traçado. No âmbito da elaboração do PPLN estão a ser considerados / estudados traçados alternativos ao traçado apresentado, que melhor se adequem ao cadastro e às condicionantes existentes. O traçado viário e respetivas características a ser apurado, bem como a definição das características de ocupação do edificado, em sede de elaboração do PPLN, será apresentado no âmbito de processo de Discussão Pública da proposta do PPLN, a realizar após conclusão desta, onde será oportuno e desejável a recolha de contributos. Não estando inseridos na área de delimitação da UOPG 71, a classificação de interesse público dos exemplares da espécie <i>Camellia japonica</i> L. localizados à rua de Vigo, nos termos do Despacho n.º 6363/2024, de 6 de junho, e respetivas zonas gerais de proteção, será considerada.	Parcialmente procedente

MATRIZ DE ANÁLISE, PONDERAÇÃO E RESPOSTA						
Id	N.º Processo	Quesito	Tipologia do quesito	Temática do quesito	Ponderação / resposta / fundamentação	Tipologia da resposta
26	AVL2026/00185_B	Contestam a urbanização da área afeta ao PPLN. Refutam a rede terciária local apresentada para a UOPG 71 e envolvente. Referem ainda a existência de árvores classificadas de interesse público à rua de Vigo que colide com esse traçado.	Reclamação	Programação / UOPG	Os objetivos da delimitação da UOPG 71 prendem-se com a consolidação e reforço das caraterísticas de centralidade, justificada entre outras razões, pelo fluxo, atratividade e diversidade de funções existentes. Os Termos de Referência base da elaboração do Plano de Pormenor do Litoral Norte (PPLN) para a área da UOPG 71 preveem: assegurar a reconversão e reabilitação da área afeta, através da implementação de uma nova frente urbana; potenciar a oferta de habitação, num cenário de grande procura e escassez de oferta; promover a ampliação da rede de modos suaves de circulação, de ligação aos diversos equipamentos escolares e desportivos existentes na zona. O PPLN será executado através dos sistemas de execução previstos no artigo 147.º do RJIGT, salvo superior alteração legislativa. A rede terciária local que está representada nas plantas de zonamento de classificação e qualificação do solo e de programação, apresentadas para Discussão Pública, constitui um lapso, não havendo intenção de manter esse traçado. Por definição, esta rede representa os traçados de acesso local com maior flexibilidade de traçado. No âmbito da elaboração do PPLN estão a ser considerados / estudados traçados alternativos ao traçado apresentado, que melhor se adequem ao cadastro e às condicionantes existentes. O traçado viário e respetivas características a ser apurado, bem como a definição das características de ocupação do edificado, em sede de elaboração do PPLN, será apresentado no âmbito de processo de Discussão Pública da proposta do PPLN, a realizar após conclusão desta, onde será oportuno e desejável a recolha de contributos. Não estando inseridos na área de delimitação da UOPG 71, a classificação de interesse público dos exemplares da espécie <i>Camellia japonica</i> L. localizados à rua de Vigo, nos termos do Despacho n.º 6363/2024, de 6 de junho, e respetivas zonas gerais de proteção, será considerada.	Parcialmente procedente
27	AVL2026/00185_C	Contestam a urbanização da área afeta ao PPLN. Refutam a rede terciária local apresentada para a UOPG 71 e envolvente. Referem ainda a existência de árvores classificadas de interesse público à rua de Vigo que colide com esse traçado.	Reclamação	Programação / UOPG	Os objetivos da delimitação da UOPG 71 prendem-se com a consolidação e reforço das caraterísticas de centralidade, justificada entre outras razões, pelo fluxo, atratividade e diversidade de funções existentes. Os Termos de Referência base da elaboração do Plano de Pormenor do Litoral Norte (PPLN) para a área da UOPG 71 preveem: assegurar a reconversão e reabilitação da área afeta, através da implementação de uma nova frente urbana; potenciar a oferta de habitação, num cenário de grande procura e escassez de oferta; promover a ampliação da rede de modos suaves de circulação, de ligação aos diversos equipamentos escolares e desportivos existentes na zona. O PPLN será executado através dos sistemas de execução previstos no artigo 147.º do RJIGT, salvo superior alteração legislativa. A rede terciária local que está representada nas plantas de zonamento de classificação e qualificação do solo e de programação, apresentadas para Discussão Pública, constitui um lapso, não havendo intenção de manter esse traçado. Por definição, esta rede representa os traçados de acesso local com maior flexibilidade de traçado. No âmbito da elaboração do PPLN estão a ser considerados / estudados traçados alternativos ao traçado apresentado, que melhor se adequem ao cadastro e às condicionantes existentes. O traçado viário e respetivas características a ser apurado, bem como a definição das características de ocupação do edificado, em sede de elaboração do PPLN, será apresentado no âmbito de processo de Discussão Pública da proposta do PPLN, a realizar após conclusão desta, onde será oportuno e desejável a recolha de contributos. Não estando inseridos na área de delimitação da UOPG 71, a classificação de interesse público dos exemplares da espécie <i>Camellia japonica</i> L. localizados à rua de Vigo, nos termos do Despacho n.º 6363/2024, de 6 de junho, e respetivas zonas gerais de proteção, será considerada.	Parcialmente procedente
28	AVL2026/00185_D	Contestam a urbanização da área afeta ao PPLN. Refutam a rede terciária local apresentada para a UOPG 71 e envolvente. Referem ainda a existência de árvores classificadas de interesse público à rua de Vigo que colide com esse traçado.	Reclamação	Programação / UOPG	Os objetivos da delimitação da UOPG 71 prendem-se com a consolidação e reforço das caraterísticas de centralidade, justificada entre outras razões, pelo fluxo, atratividade e diversidade de funções existentes. Os Termos de Referência base da elaboração do Plano de Pormenor do Litoral Norte (PPLN) para a área da UOPG 71 preveem: assegurar a reconversão e reabilitação da área afeta, através da implementação de uma nova frente urbana; potenciar a oferta de habitação, num cenário de grande procura e escassez de oferta; promover a ampliação da rede de modos suaves de circulação, de ligação aos diversos equipamentos escolares e desportivos existentes na zona. O PPLN será executado através dos sistemas de execução previstos no artigo 147.º do RJIGT, salvo superior alteração legislativa. A rede terciária local que está representada nas plantas de zonamento de classificação e qualificação do solo e de programação, apresentadas para Discussão Pública, constitui um lapso, não havendo intenção de manter esse traçado. Por definição, esta rede representa os traçados de acesso local com maior flexibilidade de traçado. No âmbito da elaboração do	Parcialmente procedente

MATRIZ DE ANÁLISE, PONDERAÇÃO E RESPOSTA						
Id	N.º Processo	Quesito	Tipologia do quesito	Temática do quesito	Ponderação / resposta / fundamentação	Tipologia da resposta
					PPLN estão a ser considerados / estudados traçados alternativos ao traçado apresentado, que melhor se adequem ao cadastro e às condicionantes existentes. O traçado viário e respetivas características a ser apurado, bem como a definição das características de ocupação do edificado, em sede de elaboração do PPLN, será apresentado no âmbito de processo de Discussão Pública da proposta do PPLN, a realizar após conclusão desta, onde será oportuno e desejável a recolha de contributos. Não estando inseridos na área de delimitação da UOPG 71, a classificação de interesse público dos exemplares da espécie <i>Camellia japonica</i> L. localizados à rua de Vigo, nos termos do Despacho n.º 6363/2024, de 6 de junho, e respetivas zonas gerais de proteção, será considerada.	
29	AVL2026/00188	Alteração da classificação do terreno para solo urbanizável	Reclamação	Reclassificação	Tendo em atenção a necessidade imposta pelo RJIGT de adaptar a classificação do solo aos critérios do RJIGT sob pena de revogação do Plano de Urbanização da Cidade de Viana do Castelo, foi decidido pela Câmara Municipal não incluir no âmbito desta alteração mudanças na delimitação das Reservas Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional, pelo que todas as alterações de classificação que delas careçam não são possíveis de efetuar no presente procedimento.	Improcedente
30	AVL2026/00189_A	Corrigir a listagem no Anexo IV do regulamento e na planta de Condicionantes para inclusão de sete espécies classificadas	Reclamação	Condicionantes Gerais	Após análise dos elementos relativos à classificação em causa (Despacho n. 6363/2024 - DR n.º 109/2024, Série II de 6 de junho de 2024), conclui-se que o pedido reúne condições para ser aceite.	Procedente
31	AVL2026/00189_B	Contesta urbanização da área afeta ao PPLN. Refuta a rede terciária local apresentada para a UOPG 71 e envolvente. Refere ainda a existência de árvores classificadas de interesse público à rua de Vigo que colide com esse traçado. Pretende consultar os elementos relativos ao PPLN definidores da ocupação de edificação e traçado de infraestruturas.	Reclamação	Programação / UOPG	A rede terciária local que está representada nas plantas de zonamento de classificação e qualificação do solo e de programação, apresentadas para Discussão Pública, constitui um lapso, não havendo intenção de manter esse traçado. Por definição, esta rede representa os traçados de acesso local com maior flexibilidade de traçado. No âmbito da elaboração do PPLN estão a ser considerados / estudados traçados alternativos ao traçado apresentado, que melhor se adequem ao cadastro e às condicionantes existentes. O traçado viário e respetivas características a ser apurado, bem como a definição das características de ocupação do edificado, em sede de elaboração do PPLN, será apresentado no âmbito de processo de Discussão Pública da proposta do PPLN, a realizar após conclusão desta, onde será oportuno e desejável a recolha de contributos. Não estando inseridos na área de delimitação da UOPG 71, a classificação de interesse público dos exemplares da espécie <i>Camellia japonica</i> L. localizados à rua de Vigo, nos termos do Despacho n.º 6363/2024, de 6 de junho, e respetivas zonas gerais de proteção, será considerada.	Parcialmente procedente
32	AVL2026/00190 - AVL2026/00213	Solicita manutenção de parcela em solo urbano.	Reclamação	Reclassificação	Em resultado da ponderação efetuada às participações, foi alterada a classificação do solo da parcela alvo da presente reclamação, considerando a proximidade às redes de infraestruturas, para solo urbano, dado não existirem condicionantes que a tal obstem, mantendo-se, para esta parcela a classificação de solo do plano de urbanização em vigor até à abertura do período de discussão pública.	Procedente
33	AVL2026/00191	Reclama da classificação da propriedade como solo rústico, categoria de Espaço Florestal de Recreio, Valor Paisagístico e Proteção, apresentando argumentação para alterar a classificação do solo para urbano, categorias Espaço Central de Nível I ou Espaço Habitacional de Nível II.	Reclamação	Reclassificação	Tendo em atenção a necessidade imposta pelo RJIGT de adaptar a classificação do solo aos critérios do RJIGT sob pena de revogação do Plano de Urbanização da Cidade de Viana do Castelo, foi decidido pela Câmara Municipal não incluir no âmbito desta alteração mudanças na delimitação das Reservas Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional, pelo que todas as alterações de classificação que delas careçam não são possíveis de efetuar no presente procedimento.	Improcedente
34	AVL2026/00192	Contesta urbanização da área afeta ao PPLN. Refuta a rede terciária local apresentada para a UOPG 71 e envolvente.	Reclamação	Programação / UOPG	Os objetivos da delimitação da UOPG 71 prendem-se com a consolidação e reforço das caraterísticas de centralidade, justificada entre outras razões, pelo fluxo, atratividade e diversidade de funções existentes. Os Termos de Referência base da elaboração do Plano de Pormenor do Litoral Norte (PPLN) para a área da UOPG 71 preveem: assegurar a reconversão e reabilitação da área afeta, através da implementação de uma nova frente urbana; potenciar a oferta de habitação, num cenário de grande procura e escassez de oferta; promover a ampliação da rede de modos suaves de circulação, de ligação aos diversos equipamentos escolares e desportivos existentes na zona. O PPLN será executado através dos sistemas de execução previstos no artigo 147.º do RJIGT, salvo superior alteração legislativa. A rede terciária local que está representada nas plantas de zonamento de classificação e qualificação do solo e de programação, apresentadas para Discussão Pública, constitui um lapso, não havendo intenção de manter esse traçado. Por definição, esta rede representa os traçados de acesso local com maior flexibilidade de traçado. No âmbito da elaboração do PPLN estão a ser considerados / estudados traçados alternativos ao traçado apresentado, que melhor se adequem ao cadastro e às condicionantes existentes.	Parcialmente procedente
35	AVL2026/00193	Solicita inclusão da natureza privada na execução da UOPG 31	Reclamação	Programação / UOPG	Após análise dos antecedentes relativos à pretensão em causa (processos LEDI 547/19 e UOPG 2/20), conclui-se que o pedido reúne condições para ser aceite.	Procedente
36	AVL2026/00194	Alteração das condições de construção considerando o previsto no PPAMRL_DARQUE	Reclamação	Reclassificação	A pretensão apresentada não se enquadra no âmbito da discussão pública da alteração ao PUC. O terreno do munícipe insere-se em área afeta ao Plano de Pormenor de Darque e deverá ser submetida no âmbito do processo de alteração ao referido plano que se encontra a decorrer.	Fora do âmbito do PUCVC

MATRIZ DE ANÁLISE, PONDERAÇÃO E RESPOSTA						
Id	N.º Processo	Quesito	Tipologia do quesito	Temática do quesito	Ponderação / resposta / fundamentação	Tipologia da resposta
37	AVL2026/00195	Reclama da classificação da propriedade como solo rústico, categoria de Espaço Agrícola de Produção, apresentando argumentação para alterar a classificação do solo para urbano.	Reclamação	Reclassificação	Tendo em atenção a necessidade imposta pelo RJIGT de adaptar a classificação do solo aos critérios do RJIGT sob pena de revogação do Plano de Urbanização da Cidade de Viana do Castelo, foi decidido pela Câmara Municipal não incluir no âmbito desta alteração mudanças na delimitação das Reservas Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional, pelo que todas as alterações de classificação que delas careçam não são possíveis de efetuar no presente procedimento.	Improcedente
38	AVL2026/00196	Reclama da redução do índice de construção de 0,8 para 0,7.	Reclamação	Parâmetros Urbanísticos	Na sequência da ponderação das participações apresentadas, durante o período de discussão pública, foi alterado o índice de utilização do solo aplicável à categoria Espaços Habitacionais de Nível II. Em acréscimo foi introduzida uma cláusula no regulamento que permite que quando as pretensões respeitem o n.º máximo de pisos e os afastamentos previstos em regulamento municipal, podem ultrapassar o índice em 10%, sendo nestes casos, com o objetivo de permitir a infiltração de águas pluviais, minorando as escorrências superficiais e a pressão sobre a rede de águas pluviais, a impermeabilização máxima da parcela admitida de 75%.	Procedente
39	AVL2026/00197	Contesta urbanização da área afeta ao PPLN. Refuta a rede terciária local apresentada para a UOPG 71 e envolvente. Refere ainda a existência de árvores classificadas de interesse público à rua de Vigo que colide com esse traçado.	Reclamação	Programação / UOPG	Os objetivos da delimitação da UOPG 71 prendem-se com a consolidação e reforço das caraterísticas de centralidade, justificada entre outras razões, pelo fluxo, atratividade e diversidade de funções existentes. Os Termos de Referência base da elaboração do Plano de Pormenor do Litoral Norte (PPLN) para a área da UOPG 71 preveem: assegurar a reconversão e reabilitação da área afeta, através da implementação de uma nova frente urbana; potenciar a oferta de habitação, num cenário de grande procura e escassez de oferta; promover a ampliação da rede de modos suaves de circulação, de ligação aos diversos equipamentos escolares e desportivos existentes na zona. A rede terciária local que está representada nas plantas de zonamento de classificação e qualificação do solo e de programação, apresentadas para Discussão Pública, constitui um lapso, não havendo intenção de manter esse traçado. Por definição, esta rede representa os traçados de acesso local com maior flexibilidade de traçado. No âmbito da elaboração do PPLN estão a ser considerados / estudados traçados alternativos ao traçado apresentado, que melhor se adequem ao cadastro e às condicionantes existentes. O traçado viário e respetivas características a ser apurado, bem como a definição das características de ocupação do edificado, em sede de elaboração do PPLN, será apresentado no âmbito de processo de Discussão Pública da proposta do PPLN, a realizar após conclusão desta, onde será oportuno e desejável a recolha de contributos. Não estando inseridos na área de delimitação da UOPG 71, a classificação de interesse público dos exemplares da espécie <i>Camellia japonica</i> L. localizados à rua de Vigo, nos termos do Despacho n.º 6363/2024, de 6 de junho, e respetivas zonas gerais de proteção, será considerada.	Parcialmente procedente
40	AVL2026/00198	Alteração da classe de espaços para aumento do índice proposto (0,5 para 0,7)	Reclamação	Parâmetros Urbanísticos	Na sequência da ponderação das participações apresentadas, durante o período de discussão pública, foi alterada a categoria de solo da parcela alvo da presente participação, de Espaços Habitacionais de Nível III para Espaços Habitacionais de Nível II. Em acréscimo, foi introduzida uma cláusula no regulamento que permite que, quando as pretensões respeitem o n.º máximo de pisos e os afastamentos previstos em regulamento municipal, podem ultrapassar o índice em 10%, sendo nestes casos, com o objetivo de permitir a infiltração de águas pluviais, minorando as escorrências superficiais e a pressão sobre a rede de águas pluviais, com o objetivo de diminuir a probabilidade de ocorrência de inundações urbanas, a impermeabilização máxima da parcela admitida de 75%.	Parcialmente procedente
41	AVL2026/00199	Solicita a manutenção da propriedade em solo urbano, de acordo com o PUC em vigor	Reclamação	Reclassificação	A pretensão apresentada está incorretamente enquadrada. Não se verifica uma alteração significativa da classificação do solo entre o PUC em vigor e a proposta que está em discussão pública, não se considerando que o processo INFPREL 8/24 constitua um compromisso urbanístico válido (despacho de indeferimento de 12 de agosto de 2025).	Procedente
42	AVL2026/00201 - AVL2026/00214	Solicita alteração do solo rústico para urbano	Reclamação	Reclassificação	Tendo em atenção a necessidade imposta pelo RJIGT de adaptar a classificação do solo aos critérios do RJIGT sob pena de revogação do Plano de Urbanização da Cidade de Viana do Castelo, foi decidido pela Câmara Municipal não incluir no âmbito desta alteração mudanças na delimitação das Reservas Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional, pelo que todas as alterações de classificação que delas careçam não são possíveis de efetuar no presente procedimento.	Improcedente
43	AVL2026/00203	Solicita prolongamento do solo urbano até ao limite da propriedade	Reclamação	Reclassificação	A presente alteração ao Plano de Urbanização da Cidade, para além do objetivo de limitar o período de vigência da suspensão parcial do Plano de Urbanização tem como objetivo de adaptar a classificação do solo aos critérios uniforme de classificação previstos no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, sob pena de revogação. Este regime considera o solo urbano aquele que está total ou parcialmente urbanizado ou edificado e como tal afeto à urbanização ou edificação. A parcela em causa não é servida por arruamento, nem está edificada. Em acréscimo encontra-se parcialmente integrada em Reserva Ecológica Nacional cuja alteração se encontra fora de âmbito deste procedimento pela necessidade, imposta por aquele regime, de cumprir prazos procedimentais não compatíveis com alterações naquela reserva.	Improcedente
44	AVL2026/00207	Reclassificação do solo atualmente identificado como EFPT para uma categoria de solo urbano (EH de nível III)	Reclamação	Reclassificação	A área alvo da presente reclamação, tendo em conta a natureza acidentada do terreno, está ser alvo de um processo de redelimitação da Reserva Ecológica Nacional do concelho, de acordo com a Portaria n.º 336/2019, a sua redação atual, que procede à revisão das Orientações Estratégicas Nacionais e Regionais para a delimitação da REN, a decorrer ao abrigo da revisão do Plano Diretor Municipal, pelo que a apreciação da pretensão deverá ser feita no âmbito desse procedimento, devendo ser apresentada no âmbito do período de discussão pública do mesmo, logo que ela tenha lugar.	Improcedente

MATRIZ DE ANÁLISE, PONDERAÇÃO E RESPOSTA						
Id	N.º Processo	Quesito	Tipologia do quesito	Temática do quesito	Ponderação / resposta / fundamentação	Tipologia da resposta
45	AVL2026/00211	Solicita revisão da Planta de Zonamento, revertendo-se a área prevista para Equipamentos (junto a cemitério) por este já ter sido ampliado recentemente. Mais alega que o proprietário já cedeu uma área substancial para viabilizar o estacionamento de apoio ao cemitério.	Reclamação	Reclassificação	A Junta de Freguesia não tem a previsão de construção de equipamentos no prazo temporal do Plano conforme participação apresentada a esta discussão pública. Conclui-se assim que o pedido reúne condições para ser aceite.	Procedente
46	AVL2026/00212	Alteração do articulado do regulamento - Considera que a proposta do Plano não dá uma resposta clara à questão da falta de habitação. - Considera incompreensíveis as limitações ao nível das tipologias e número de pisos admissíveis. - Critica a proposta de obrigatoriedade de uma só tipologia nas áreas propostas para maior densidade (EC NI e HB NI) - Faz observações relativamente à definição de colmatação.	Reclamação	Parâmetros Urbanísticos	- Discorda-se da crítica efetuada relativamente à falta de resposta por parte do Plano à falta de habitação. Conforme é referido na participação a área abrangida pelo Plano de Urbanização é reduzida e limitada na sua capacidade de expansão. Este facto não pode por si só validar uma densificação generalizada com adoção de soluções tipológicas uniformes (blocos) para o território e alheias às características morfotipológicas da área do plano e nível de infraestruturas existentes. Neste sentido existem critérios de conformidade com o RJGT (ausência de infraestruturas - saneamento) que limitam em algumas áreas a norte da freguesia da Areosa um aumento dos índices de construção (ainda assim as áreas que estavam classificadas como zonas de enquadramento paisagístico têm um incremento do índice de construção de 20% para 40%), propondo-se nas áreas dotadas de todas as infraestruturas e descomprometidas urbanisticamente o efetivo e substancial incremento dos índices de construção. Nas restantes áreas adotam-se índices diferenciados de forma criteriosa, sem deixar de propor alterações tipológicas de uni ou bifamiliares para multifamiliares até 4 pisos, em vastas áreas associadas aos espaços de maior centralidade, permitindo-se assim aumentos efetivos dos índices de construção. - A crítica feita relativamente às limitações tipológicas não faz sentido em face da diversidade das características da área abrangida pelo PUCVC. A proposta de limitação das tipologias só acontece em áreas muito restritas e por razões que se prendem com critérios de conformidade com o RJGT (ausência de infraestruturas - saneamento), características morfotipológicas do território e na transição para áreas sensíveis, ribeiras e zonas de encosta. - Relativamente à crítica de limitações tipológicas nas áreas de maior densidade (EC NI e HB NI) não se percebe quando se afirma que o plano não dá resposta à necessidade de se aumentar a oferta de habitação. A proposta de se aceitar somente a tipologia em bloco nas áreas referidas prende-se com o propósito de se atingir os objetivos de aumento efetivo da oferta de habitação nas áreas que ainda se encontram descomprometidas urbanisticamente e que apresentam grande centralidade, considerando-se comprometedor para estes objetivos a eventualidade de se ocuparem estas áreas com habitações uni ou bifamiliares. - No reportante à definição de "colmatação", admite-se que a redação proposta é suscetível de alguma ambiguidade, tendo-se procedido a nova redação, mas mantendo-se o mesmo propósito.	Parcialmente procedente
47	AVL2026/00216	Reclama sobre a reclassificação do solo de urbano para rústico. Pretende manter a atual classificação, permitindo a sua edificação.	Reclamação	Reclassificação	Face aos aspetos focados na participação apresentada, procedeu-se à reclassificação parcial da parcela em questão integrando a categoria de Solo Urbano já estabelecida para os terrenos contíguos ao longo da Ribeira do Pego - Espaços Urbanos Baixa Densidade Nível II (EUBDII), mantendo a continuidade da frente urbana. A área de terreno abrangida pela linha de Margem foi afetada à categoria de Espaços Naturais e Paisagísticos Ribeirinhos, salvaguardando os aspetos referentes à dominialidade do Domínio Hídrico.	Parcialmente procedente
48	AVL2026/00218	Alterar o traçado previsto na planta de ordenamento da UOP 17	Reclamação	Rede Viária	A rede terciária local proposta representa os traçados de acesso local com maior flexibilidade de traçado, ou seja, podem ser considerados traçados alternativos no âmbito de alteração ao estudo aprovado da UOPG17, desde que se continue a garantir o serviço e a articulação com a rede viária envolvente.	Improcedente
49	AVL2026/00221	Solicita a reclassificação dos prédios rústicos para urbanos	Reclamação	Reclassificação	Tendo em atenção a necessidade imposta pelo RJGT de adaptar a classificação do solo aos critérios do RJGT sob pena de revogação do Plano de Urbanização da Cidade de Viana do Castelo, foi decidido pela Câmara Municipal não incluir no âmbito desta alteração mudanças na delimitação das Reservas Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional, pelo que todas as alterações de classificação que delas careçam não são possíveis de efetuar no presente procedimento.	Improcedente
50	AVL2026/00222_A	Reclama de linha de água representada sobre a propriedade	Reclamação	Condicionantes Gerais	Do cruzamento da cartografia de linhas de água com o cadastro de águas pluviais foi possível verificar que a linha de água a que se refere a participação foi integrada na rede de drenagem de águas pluviais. A análise da participação considerou ainda a consulta do projeto imediatamente a Sul (informação prévia n.º 87/23-INFPRE que identifica a linha de água e foi a parecer da APA e processo n.º 389/24-LEDI) e a informação prévia n.º 18/26-INFPRE relativa ao terreno identificado na participação. Na visita ao terreno no dia 18 de março de 2026, com colegas das águas pluviais, verificou-se que a linha de água deixou de ocorrer de forma natural neste troço, encontrando-se entubada. Neste sentido, o troço da linha de água foi corrigido.	Procedente
134	AVL2026/00222_B	Reclama da redução do índice de construção de 0,8 para 0,7	Reclamação	Parâmetros Urbanísticos	Na sequência da ponderação das participações apresentadas, durante o período de discussão pública, foi alterado o índice de utilização do solo aplicável à categoria Espaços Habitacionais de Nível II, passando para 0,75. Em acréscimo foi introduzida uma cláusula no regulamento que permite que quando as pretensões respeitem o n.º máximo de pisos e os afastamentos previstos em regulamento municipal, podem ultrapassar o índice em 10%, sendo nestes casos, com o objetivo de permitir a infiltração de águas pluviais, minorando as escorrências superficiais e a pressão sobre a rede de águas pluviais, a impermeabilização máxima da parcela admitida de 75%.	Procedente

MATRIZ DE ANÁLISE, PONDERAÇÃO E RESPOSTA						
Id	N.º Processo	Quesito	Tipologia do quesito	Temática do quesito	Ponderação / resposta / fundamentação	Tipologia da resposta
51	AVL2026/00223	Solicita ampliação do perímetro urbano para sul, de forma a integrar as edificações existentes. Solicita uniformização da profundidade da mancha urbana, por forma a garantir direitos de edificabilidade equitativamente distribuídos	Reclamação	Reclassificação	Tendo em atenção a necessidade imposta pelo RJIGT de adaptar a classificação do solo aos critérios do RJIGT sob pena de revogação do Plano de Urbanização da Cidade de Viana do Castelo, foi decidido pela Câmara Municipal não incluir no âmbito desta alteração mudanças na delimitação das Reservas Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional, pelo que todas as alterações de classificação que delas careçam não são possíveis de efetuar no presente procedimento.	Improcedente
52	AVL2026/00224	Reavaliação da delimitação da RAN (UOPG 17)	Reclamação	Condicionantes Gerais	Tendo em atenção a necessidade imposta pelo RJIGT de adaptar a classificação do solo aos critérios do RJIGT sob pena de revogação do Plano de Urbanização da Cidade de Viana do Castelo, foi decidido pela Câmara Municipal não incluir no âmbito desta alteração mudanças na delimitação das Reservas Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional, pelo que todas as alterações de classificação que delas careçam não são possíveis de efetuar no presente procedimento.	Improcedente
53	AVL2026/00225	Reapreciação da redução do índice de 0,8 para 0,70 e salvaguarda do regime atual para os projetos existentes até à entrada em vigor do novo PUC	Reclamação	Parâmetros Urbanísticos	Na sequência da ponderação das participações apresentadas, durante o período de discussão pública, foi alterado o índice de utilização do solo aplicável à categoria Espaços Habitacionais de Nível II, passando para 0,75. Em acréscimo foi introduzida uma cláusula no regulamento que permite que quando as pretensões respeitem o n.º máximo de pisos e os afastamentos previstos em regulamento municipal, podem ultrapassar o índice em 10%, sendo nestes casos, com o objetivo de permitir a infiltração de águas pluviais, minorando as escorrências superficiais e a pressão sobre a rede de águas pluviais, a impermeabilização máxima da parcela admitida de 75%.	Procedente
135	AVL2026/00226	Reapreciação da redução do índice de 0,8 para 0,70 e salvaguarda do regime atual para os projetos existentes até à entrada em vigor do novo PUC	Reclamação	Parâmetros Urbanísticos	Na sequência da ponderação das participações apresentadas, durante o período de discussão pública, foi alterado o índice de utilização do solo aplicável à categoria Espaços Habitacionais de Nível II, passando para 0,75. Em acréscimo foi introduzida uma cláusula no regulamento que permite que quando as pretensões respeitem o n.º máximo de pisos e os afastamentos previstos em regulamento municipal, podem ultrapassar o índice em 10%, sendo nestes casos, com o objetivo de permitir a infiltração de águas pluviais, minorando as escorrências superficiais e a pressão sobre a rede de águas pluviais, a impermeabilização máxima da parcela admitida de 75%.	Procedente
54	AVL2026/00227	Manter a zona de construção conforme o PUC atualmente em vigor	Reclamação	Reclassificação	Face aos aspetos focados na participação apresentada, procedeu-se a uma alteração da qualificação do solo proposta, ajustando o perímetro urbano até ao limite da Reserva Ecológica Nacional, em fase de elaboração.	Parcialmente procedente
55	AVL2026/00228_A - AVL2026/00262_A	Reclassificação do solo atualmente identificado como EAP/EAf para uma categoria de solo urbano	Reclamação	Reclassificação	Tendo em atenção a necessidade imposta pelo RJIGT de adaptar a classificação do solo aos critérios do RJIGT sob pena de revogação do Plano de Urbanização da Cidade de Viana do Castelo, foi decidido pela Câmara Municipal não incluir no âmbito desta alteração mudanças na delimitação das Reservas Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional, pelo que todas as alterações de classificação que delas careçam não são possíveis de efetuar no presente procedimento.	Improcedente
56	AVL2026/00228_B - AVL2026/00262_B	Reclassificação do solo atualmente identificado como EAP para uma categoria de solo urbano (EH de nível II)	Reclamação	Reclassificação	Tendo em atenção a necessidade imposta pelo RJIGT de adaptar a classificação do solo aos critérios do RJIGT sob pena de revogação do Plano de Urbanização da Cidade de Viana do Castelo, foi decidido pela Câmara Municipal não incluir no âmbito desta alteração mudanças na delimitação das Reservas Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional, pelo que todas as alterações de classificação que delas careçam não são possíveis de efetuar no presente procedimento.	Improcedente
57	AVL2026/00229	Solicita alteração da subcategoria de solo urbano, Espaço Verde de Recreio e Lazer para Espaço Habitacional de Nível II, com fundamento na previsão de desenvolvimento da estrutura viária, conforme previsto no Loteamento aprovado e com receção provisória de infraestruturas.	Reclamação	Reclassificação	Face aos aspetos focados na participação apresentada, procedeu-se à reclassificação da área em questão integrando a categoria de Solo Urbano já estabelecida para os terrenos contíguos - Espaços Habitacionais de Nível II (EHII), mantendo a continuidade da frente urbana. Conclui-se assim que o pedido reúne condições para ser aceite.	Procedente
58	AVL2026/00230	Solicita alteração da subcategoria de solo rústico, Espaço Florestal de Proteção para Espaço habitacional de Nível II, com fundamento no Loteamento aprovado e com receção provisória de infraestruturas.	Reclamação	Reclassificação	Face aos aspetos focados na participação apresentada e à existência de infraestruturas executadas no âmbito do processo de loteamento 9/23 LLOT, procedeu-se à reclassificação parcial da área em questão integrando a categoria de Solo Urbano já estabelecida para os terrenos contíguos - Espaços Habitacionais de Nível II (EHII), mantendo a continuidade da frente urbana.	Parcialmente procedente
59	AVL2026/00231	Requer alteração da categoria do solo, de solo rústico para solo urbano de área integrada em RAN.	Reclamação	Reclassificação	Tendo em atenção a necessidade imposta pelo RJIGT de adaptar a classificação do solo aos critérios do RJIGT sob pena de revogação do Plano de Urbanização da Cidade de Viana do Castelo, foi decidido pela Câmara Municipal não incluir no âmbito desta alteração mudanças na delimitação das Reservas Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional, pelo que todas as alterações de classificação que delas careçam não são possíveis de efetuar no presente procedimento.	Improcedente
60	AVL2026/00232	Solicita a manutenção do índice de 0,8 que suportou a aprovação da construção no âmbito do processo LEDI 246/21. Necessita do índice para enquadrar alteração ao projeto feita e submetida a aprovação.	Reclamação	Parâmetros Urbanísticos	Na sequência da ponderação das participações apresentadas, durante o período de discussão pública, foi alterada a categoria/ subcategoria de solo da parcela/lote alvo da presente participação para Espaços Centrais de Nível II.	Procedente
61	AVL2026/00233 - AVL2026/00237	Solicita o aumento do índice de construção para contemplar mais 1 piso, como forma de suprir o desnível do terreno face à via de acesso.	Reclamação	Parâmetros Urbanísticos	Na sequência da ponderação das participações apresentadas, durante o período de discussão pública, foi alterada a categoria/ subcategoria de solo da parcela/lote alvo da presente participação para Espaços Centrais de Nível II.	Procedente

MATRIZ DE ANÁLISE, PONDERAÇÃO E RESPOSTA						
Id	N.º Processo	Quesito	Tipologia do quesito	Temática do quesito	Ponderação / resposta / fundamentação	Tipologia da resposta
62	AVL2026/00234	Requer a manutenção da categoria de solo urbano justificado pelos antecedentes processuais	Reclamação	Reclassificação	A presente alteração ao Plano de Urbanização da Cidade, para além do objetivo de limitar o período de vigência da suspensão parcial do Plano de Urbanização, tem como objetivo adaptar a classificação do solo aos critérios uniformes de classificação do solo previstos Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua redação atual. De acordo com este regime, os terrenos são urbanos quando, entre outros requisitos a cumprir, estejam servidos de infraestruturas ou o venham a ser no horizonte do plano. Inerente a esta definição constante do RJIGT está a possibilidade de a mesma se traduzir na redução do solo urbano pela retirada dos terrenos que não cumpram esta condição. Não se pode igualmente deixar de notar que o RJIGT prevê no seu artigo 73.º que a reclassificação de solo urbano para rústico pode ocorrer a qualquer momento, pelo que os direitos invocados na presente participação no que respeita à manutenção da classificação do solo não tem abrigo no atual RJIGT. No que respeita ao valor patrimonial do terreno não se pode deixar de notar que, na ausência de direitos juridicamente consolidados, salvaguardados como se demonstrou atrás, não encontramos na Lei de Bases Gerais das Políticas Públicas de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo a validação da utilização de solo como mecanismo de aforro ou depósito de valor sendo que, não se pode deixar de considerar que o artigo 73.º do RJIGT anteriormente mencionado, procura prevenir a utilização do solo para esses efeitos, considerando o efeito pernicioso que o mesmo tem na constante pressão para expansão de solo urbano, na extensão de redes de infraestruturas e serviços urbanos, e consequentes acréscimos de custos de investimento e gestão, aumento da extensão de deslocações e destruição de património natural, paisagístico com sacrifício de outras funções do solo, nomeadamente as ambientais. O próprio Código do Imposto Municipal sobre Imóveis tem vindo agravar as penalizações aplicáveis aos prédios urbanos devolutos no sentido de penalizar o seu não aproveitamento. Os pedidos de Informação Prévia válidos mantêm os direitos até ao final do prazo aplicável. De referir que, ao abrigo da delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) em curso no âmbito da revisão do Plano Diretor Municipal, a parte setentrional da presente parcela é suscetível de vir a integrar a mesma como área de prevenção de riscos naturais, pelo que a manutenção da classificação do solo como urbano de áreas passíveis de serem identificadas como vulneráveis a riscos naturais não parece defensável quando não estejam ocupadas. Na sequência da ponderação efetuada às participações apresentadas durante o período de discussão pública da presente alteração ao plano de urbanização, foi alterada a proposta de classificação do solo para a área alvo da presente participação, mantendo-se parcialmente a classificação do Solo Urbano/ Espaços Habitacionais de Nível II para áreas não passíveis, no estado atual da delimitação da REN, de integrar a Reserva Ecológica Nacional. As participações relativas àquela proposta de delimitação ou que dela dependam, deverão ser apresentadas durante o período de discussão pública, relativa à revisão do Plano Diretor Municipal, ao abrigo do qual aquela delimitação está a ser efetuada.	Parcialmente procedente
63	AVL2026/00235	Requer alteração da categoria do solo, de solo rústico para solo urbano de área integrada em RAN.	Reclamação	Reclassificação	Tendo em atenção a necessidade imposta pelo RJIGT de adaptar a classificação do solo aos critérios do RJIGT sob pena de revogação do Plano de Urbanização da Cidade de Viana do Castelo, foi decidido pela Câmara Municipal não incluir no âmbito desta alteração mudanças na delimitação das Reservas Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional, pelo que todas as alterações de classificação que delas careçam não são possíveis de efetuar no presente procedimento.	Improcedente
64	AVL2026/00236	Parcela parcialmente em solo urbano, propõe aumento do perímetro urbano para área em Espaço Agroflorestal	Reclamação	Reclassificação	A presente alteração ao Plano de Urbanização da Cidade, para além do objetivo de limitar o período de vigência da suspensão parcial do Plano de Urbanização tem como objetivo de adaptar a classificação do solo aos critérios uniforme de classificação previstos no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, sob pena de revogação. Este regime considera o solo urbano aquele que está total ou parcialmente urbanizado ou edificado e como tal afeto à urbanização ou edificação. A parcela em causa não é servida por arruamento, nem está edificada. Tendo em atenção a existência de áreas já loteadas sem ocupação e áreas sujeitas a Plano de Pormenor igualmente por executar, no perímetro urbano desta freguesia, não parece oportuno proceder a novas alterações de classificação de solo, designadamente em zonas onde tal exercício, tendo em atenção a natureza acidentada do relevo, se revele particularmente dispendioso no que respeita construção e operação de redes de infraestruturas de suporte à urbanização e edificação.	Improcedente
65	AVL2026/00238	Mudança de subclasse do Solo Rústico de EFP para EFRVP para permitir a construção de empreendimentos turísticos.	Reclamação	Reclassificação	A pretensão incide sobre área classificada como Monumento Natural Local. Não parece que que esta classificação seja compatível com a pretensão de ocupação turística pretendida para a área. Face ao exposto fica igualmente injustificada a alteração de categoria de solo pretendida.	Improcedente
66	AVL2026/00239	Salvaguarda de atos e operações em tramitação/Enquadramento nas exceções aplicáveis /Enquadramento nos parâmetros urbanísticos atualmente existentes	Reclamação	Programação / UOPG	Na sequência da ponderação das participações apresentadas, durante o período de discussão pública, foi alterada a categoria/ subcategoria de solo da parcela/lote alvo da presente participação para Espaços Centrais de Nível II.	Parcialmente procedente
67	AVL2026/00240	Requer que a UOPG 15 B e subcategoria do solo urbano previsto se compatibilize com o estudo aprovado para a UOPG 15 Nordeste e processos aprovados.	Reclamação	Programação / UOPG	Analisada a presente participação verifica-se naquilo que ao conteúdo do plano respeita, os parâmetros urbanísticos adotados na proposta de alteração ao Plano de Urbanização da Cidade de Viana do Castelo, no que respeita aos índices e cércas na categoria/subcategoria de espaço aplicáveis à parcela /lote alvo da presente participação não são inferiores aos que atualmente vigoram para a categoria/subcategoria aplicável. O regulamento submetido a discussão publica permite a execução não sistemática do plano quando as operações urbanísticas incidam sobre a totalidade ou conjunto de parcelas e garantam a justa repartição de benefícios ou encargos. Em acréscimo é clarificado em regulamento que as disposições relativas às tipologias são apenas aplicáveis a edifícios habitacionais.	Parcialmente procedente

MATRIZ DE ANÁLISE, PONDERAÇÃO E RESPOSTA						
Id	N.º Processo	Quesito	Tipologia do quesito	Temática do quesito	Ponderação / resposta / fundamentação	Tipologia da resposta
68	AVL2026/00241	Solicita a manutenção do índice de 0,8, alegando diminuição objetiva da capacidade edificatória do terreno com impacto no valor patrimonial e nas legítimas expectativas urbanísticas consolidadas.	Reclamação	Parâmetros Urbanísticos	Na sequência da ponderação das participações apresentadas, durante o período de discussão pública, foi alterado o índice de utilização do solo aplicável à categoria Espaços Habitacionais de Nível II, passando para 0,75. Em acréscimo foi introduzida uma cláusula no regulamento que permite que quando as pretensões respeitem o n.º máximo de pisos e os afastamentos previstos em regulamento municipal, podem ultrapassar o índice em 10%, sendo nestes casos, com o objetivo de permitir a infiltração de águas pluviais, minorando as escorrências superficiais e a pressão sobre a rede de águas pluviais, a impermeabilização máxima da parcela admitida de 75%.	Parcialmente procedente
69	AVL2026/00242	Requer alteração da categoria do solo, de rústico para urbano. Está na categoria de Espaço Florestal de Proteção, estando ainda abrangida pela REN em área de Risco de Erosão e Arriba Fóssil.	Reclamação	Reclassificação	Tendo em atenção a necessidade imposta pelo RJIGT de adaptar a classificação do solo aos critérios do RJIGT sob pena de revogação do Plano de Urbanização da Cidade de Viana do Castelo, foi decidido pela Câmara Municipal não incluir no âmbito desta alteração mudanças na delimitação das Reservas Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional, pelo que todas as alterações de classificação que delas careçam não são possíveis de efetuar no presente procedimento.	Improcedente
70	AVL2026/00243	Requer alteração da categoria do solo, de rústico para urbano. Está na categoria de Espaço Florestal de Proteção, estando ainda abrangida pela REN em área de Risco de Erosão e Arriba Fóssil.	Reclamação	Reclassificação	Tendo em atenção a necessidade imposta pelo RJIGT de adaptar a classificação do solo aos critérios do RJIGT sob pena de revogação do Plano de Urbanização da Cidade de Viana do Castelo, foi decidido pela Câmara Municipal não incluir no âmbito desta alteração mudanças na delimitação das Reservas Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional, pelo que todas as alterações de classificação que delas careçam não são possíveis de efetuar no presente procedimento.	Improcedente
71	AVL2026/00244	Requer alteração da categoria do solo, de rústico para urbano. Está na categoria de Espaço Florestal de Proteção, estando ainda abrangida pela REN em área de Risco de Erosão e Arriba Fóssil.	Reclamação	Reclassificação	Tendo em atenção a necessidade imposta pelo RJIGT de adaptar a classificação do solo aos critérios do RJIGT sob pena de revogação do Plano de Urbanização da Cidade de Viana do Castelo, foi decidido pela Câmara Municipal não incluir no âmbito desta alteração mudanças na delimitação das Reservas Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional, pelo que todas as alterações de classificação que delas careçam não são possíveis de efetuar no presente procedimento.	Improcedente
72	AVL2026/00246	Requer alteração da categoria do solo, de rústico para urbano. Está na categoria de Espaço Florestal de Proteção, estando ainda abrangida pela REN em área de Risco de Erosão e Arriba Fóssil.	Reclamação	Reclassificação	Tendo em atenção a necessidade imposta pelo RJIGT de adaptar a classificação do solo aos critérios do RJIGT sob pena de revogação do Plano de Urbanização da Cidade de Viana do Castelo, foi decidido pela Câmara Municipal não incluir no âmbito desta alteração mudanças na delimitação das Reservas Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional, pelo que todas as alterações de classificação que delas careçam não são possíveis de efetuar no presente procedimento.	Improcedente
73	AVL2026/00247	Requer alteração da categoria do solo, de rústico para urbano. Está na categoria de Espaço Florestal de Proteção, estando ainda abrangida pela REN em área de Risco de Erosão e Arriba Fóssil.	Reclamação	Reclassificação	Tendo em atenção a necessidade imposta pelo RJIGT de adaptar a classificação do solo aos critérios do RJIGT sob pena de revogação do Plano de Urbanização da Cidade de Viana do Castelo, foi decidido pela Câmara Municipal não incluir no âmbito desta alteração mudanças na delimitação das Reservas Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional, pelo que todas as alterações de classificação que delas careçam não são possíveis de efetuar no presente procedimento.	Improcedente
74	AVL2026/00248	Requer alteração da categoria do solo, de rústico para urbano. Está na categoria de Espaço Florestal de Proteção, estando ainda abrangida pela REN em área de Risco de Erosão e Arriba Fóssil.	Reclamação	Reclassificação	Tendo em atenção a necessidade imposta pelo RJIGT de adaptar a classificação do solo aos critérios do RJIGT sob pena de revogação do Plano de Urbanização da Cidade de Viana do Castelo, foi decidido pela Câmara Municipal não incluir no âmbito desta alteração mudanças na delimitação das Reservas Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional, pelo que todas as alterações de classificação que delas careçam não são possíveis de efetuar no presente procedimento.	Improcedente
75	AVL2026/00249	Requer alteração da categoria do solo, de rústico para urbano. Está na categoria de Espaço Florestal de Proteção, estando ainda abrangida pela REN em área de Risco de Erosão e Arriba Fóssil.	Reclamação	Reclassificação	Tendo em atenção a necessidade imposta pelo RJIGT de adaptar a classificação do solo aos critérios do RJIGT sob pena de revogação do Plano de Urbanização da Cidade de Viana do Castelo, foi decidido pela Câmara Municipal não incluir no âmbito desta alteração mudanças na delimitação das Reservas Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional, pelo que todas as alterações de classificação que delas careçam não são possíveis de efetuar no presente procedimento.	Improcedente
76	AVL2026/00250	Requer alteração da categoria do solo, de rústico para urbano. Está na categoria de Espaço Florestal de Proteção, estando ainda abrangida pela REN em área de Risco de Erosão e Arriba Fóssil.	Reclamação	Reclassificação	Tendo em atenção a necessidade imposta pelo RJIGT de adaptar a classificação do solo aos critérios do RJIGT sob pena de revogação do Plano de Urbanização da Cidade de Viana do Castelo, foi decidido pela Câmara Municipal não incluir no âmbito desta alteração mudanças na delimitação das Reservas Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional, pelo que todas as alterações de classificação que delas careçam não são possíveis de efetuar no presente procedimento.	Improcedente

MATRIZ DE ANÁLISE, PONDERAÇÃO E RESPOSTA						
Id	N.º Processo	Quesito	Tipologia do quesito	Temática do quesito	Ponderação / resposta / fundamentação	Tipologia da resposta
77	AVL2026/00251	Requer a manutenção da totalidade do terreno em solo urbano e o índice máximo de construção de 0,8, argumentando coma redução efetiva da área máxima de construção.	Reclamação	Reclassificação	A presente alteração ao Plano de Urbanização da Cidade, para além do objetivo de limitar o período de vigência da suspensão parcial do Plano de Urbanização, tem como objetivo adaptar a classificação do solo aos critérios uniformes de classificação do solo previstos Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua redação atual. De acordo com este regime, os terrenos são urbanos quando, entre outros requisitos a cumprir, estejam servidos de infraestruturas ou o venham a ser no horizonte do plano. Inerente a esta definição constante do RJIGT está a possibilidade de a mesma se traduzir na redução do solo urbano pela retirada dos terrenos que não cumpram esta condição. Não se pode igualmente deixar de notar que o RJIGT prevê no seu artigo 73.º que a reclassificação de solo urbano para rústico pode ocorrer a qualquer momento, pelo que os direitos invocados na presente participação no que respeita à manutenção da classificação do solo não tem abrigo no atual RJIGT. No que respeita ao valor patrimonial do terreno não se pode deixar de notar que, na ausência de direitos juridicamente consolidados, salvaguardados como se demonstrou atrás, não encontramos na Lei de Bases Gerais das Políticas Públicas de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo a validação da utilização de solo como mecanismo de aforro ou depósito de valor sendo que, não se pode deixar de considerar que o artigo 73.º do RJIGT anteriormente mencionado, procura prevenir a utilização do solo para esses efeitos, considerando o efeito pernicioso que o mesmo tem na constante pressão para expansão de solo urbano, na extensão de redes de infraestruturas e serviços urbanos, e consequentes acréscimos de custos de investimento e gestão, aumento da extensão de deslocações e destruição de património natural, paisagístico com sacrifício de outras funções do solo, nomeadamente as ambientais. O próprio Código do Imposto Municipal sobre Imóveis tem vindo agravar as penalizações aplicáveis aos prédios urbanos devolutos no sentido de penalizar o seu não aproveitamento. Adicionalmente faz-se notar que a consulta às bases de dados deste município não evidenciou quela pretensão de levar a cabo o aproveitamento da capacidade construtiva cuja perda agora se contesta. De referir que, ao abrigo da delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) em curso no âmbito da revisão do Plano Diretor Municipal, a parte setentrional da presente parcela é suscetível de vir a integrar a mesma como área de prevenção de riscos naturais, pelo que a manutenção da classificação do solo como urbano de áreas passíveis de serem identificadas como vulneráveis a riscos naturais não parece defensável quando não estejam ocupadas. Na sequência da ponderação efetuada às participações apresentadas durante o período de discussão pública da presente alteração ao plano de urbanização, foi alterada a proposta de classificação do solo para a área alvo da presente participação, mantendo-se parcialmente a classificação do Solo Urbano para áreas não passíveis, no estado atual da delimitação da REN, de integrar a Reserva Ecológica Nacional. No sentido de reduzir o impacte negativo que decorre sobre a capacidade construtiva que decorre daquela delimitação foi alterada a categoria de solo prevista para a área classificada como solo urbano para Espaços Habitacionais de Nível II. As participações relativas àquela proposta de delimitação ou que dela dependam, deverão ser apresentadas durante o período de discussão pública, relativa à revisão do Plano Diretor Municipal, ao abrigo do qual aquela delimitação está a ser efetuada.	Parcialmente procedente
78	AVL2026/00252	Manutenção da totalidade do terreno em solo urbano/Inquirição sobre a redução do índice de construção atualmente existente (0,8)	Reclamação	Reclassificação	Face aos aspetos focados na participação apresentada, procedeu-se à reclassificação parcial da área em questão integrando a categoria de Solo Urbano já estabelecida para os terrenos contíguos ao longo da Ribeira do Pego - Espaços Urbanos Baixa Densidade Nível II (EUBDII), mantendo a continuidade da frente urbana. A área de terreno abrangida pela linha de Margem foi afetada à categoria de Espaços Naturais e Paisagísticos Ribeirinhos, salvaguardando os aspetos referentes à dominialidade do Domínio Hídrico. Em relação à redução dos índices urbanísticos em algumas áreas da freguesia da Areosa, os mesmos são transversais à área do plano e resultam da adequação da qualificação do solo em relação à tipologia efetiva de construção.	Parcialmente procedente
79	AVL2026/00253	Reconsiderar a admissibilidade de intervenções comerciais de impacto territorial significativo	Reclamação	Classificação	Conforme decorre da proposta de regulamento na versão em Discussão Pública, a instalação de estabelecimentos comerciais em áreas predominantemente habitacionais está já condicionada ao disposto no artigo 20.º o qual estabelece e salvaguarda as condições de admissibilidade dos usos complementares e de comércio e serviços, sendo as questões alegadas nesta participação, do âmbito da gestão urbanística.	Improcedente
80	AVL2026/00254	Reclassificação de terrenos para solo urbano	Reclamação	Reclassificação	A pretensão apresentada não se enquadra no âmbito da discussão pública da alteração ao PUC. O terreno da munícipe insere-se em área afeta ao Plano de Pormenor de Darque e deverá ser submetida no âmbito do processo de alteração ao referido plano que se encontra a decorrer.	Fora do âmbito do PUCVC
81	AVL2026/00255	Requer a classificação da parcela, integrada em RAN, como solo urbano	Reclamação	Reclassificação	Tendo em atenção a necessidade imposta pelo RJIGT de adaptar a classificação do solo aos critérios do RJIGT sob pena de revogação do Plano de Urbanização da Cidade de Viana do Castelo, foi decidido pela Câmara Municipal não incluir no âmbito desta alteração mudanças na delimitação das Reservas Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional, pelo que todas as alterações de classificação que delas careçam não são possíveis de efetuar no presente procedimento.	Improcedente
82	AVL2026/00256 - AVL2026/00270	Requer a mudança de categoria do solo, de rústico para urbano, com a justificação de que parte da propriedade está em urbano e tem projeto em desenvolvimento.	Reclamação	Reclassificação	Na revisão do PDM em elaboração, a propriedade passa a estar parcialmente abrangida pela delimitação da REN (Área de Elevado Risco de Erosão Hídrica do Solo e Área de Instabilidade de Vertentes) em fase de aprovação. Considerando os riscos naturais associados à localização da parcela em área de REN e o seu enquadramento urbanístico, não se considera aceitável a alteração da qualificação de solo solicitada, devendo a mesma ser objeto de procedimento no âmbito da discussão pública a realizar ao processo de revisão do PDM.	Parcialmente procedente

MATRIZ DE ANÁLISE, PONDERAÇÃO E RESPOSTA						
Id	N.º Processo	Quesito	Tipologia do quesito	Temática do quesito	Ponderação / resposta / fundamentação	Tipologia da resposta
83	AVL2026/00257	Requer a classificação da parcela, integrada em RAN, como solo urbano	Reclamação	Reclassificação	Tendo em atenção a necessidade imposta pelo RJIGT de adaptar a classificação do solo aos critérios do RJIGT sob pena de revogação do Plano de Urbanização da Cidade de Viana do Castelo, foi decidido pela Câmara Municipal não incluir no âmbito desta alteração mudanças na delimitação das Reservas Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional, pelo que todas as alterações de classificação que delas careçam não são possíveis de efetuar no presente procedimento.	Improcedente
84	AVL2026/00258	Propõe nova redação para o artigo 63.º, retirando-se a referência ao "alvará de loteamento"	Reclamação	Solo Rústico	O artigo 63.º identifica os espaços zonados com esta categoria de solo rústico, espaços que se reportam efetivamente aos empreendimentos turísticos existentes ou previstos integrados em solo rústico, não existindo proposta zonada para outros empreendimentos em solo rústico. O eventual enquadramento de outros empreendimentos turísticos compatíveis com o solo rústico encontra-se previsto no artigo 38.º alínea f)	Improcedente
85	AVL2026/00259	Requer a classificação da parcela, integrada em RAN, como solo urbano	Reclamação	Reclassificação	Tendo em atenção a necessidade imposta pelo RJIGT de adaptar a classificação do solo aos critérios do RJIGT sob pena de revogação do Plano de Urbanização da Cidade de Viana do Castelo, foi decidido pela Câmara Municipal não incluir no âmbito desta alteração mudanças na delimitação das Reservas Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional, pelo que todas as alterações de classificação que delas careçam não são possíveis de efetuar no presente procedimento.	Improcedente
86	AVL2026/00260	Requer a classificação da parcela, integrada em RAN, como solo urbano	Reclamação	Reclassificação	Tendo em atenção a necessidade imposta pelo RJIGT de adaptar a classificação do solo aos critérios do RJIGT sob pena de revogação do Plano de Urbanização da Cidade de Viana do Castelo, foi decidido pela Câmara Municipal não incluir no âmbito desta alteração mudanças na delimitação das Reservas Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional, pelo que todas as alterações de classificação que delas careçam não são possíveis de efetuar no presente procedimento.	Improcedente
87	AVL2026/00261	Requer a classificação da parcela como solo urbano	Reclamação	Reclassificação	Na revisão do PDM em elaboração, a propriedade passa a estar parcialmente abrangida pela delimitação da REN (Área de Elevado Risco de Erosão Hídrica do Solo e Área de Instabilidade de Vertentes) em fase de aprovação. Considerando os riscos naturais associados à localização da parcela em área de REN e o seu enquadramento urbanístico, não se considera aceitável a alteração da qualificação de solo solicitada, devendo a mesma ser objeto de procedimento no âmbito da discussão pública a realizar ao processo de revisão do PDM.	Improcedente
88	AVL2026/00263	Requer o aumento do índice de construção para 0,9 e 6 pisos (EC N1). A proposta de alteração do PUC mantém os parâmetros atuais.	Reclamação	Parâmetros Urbanísticos	Face às caraterísticas da envolvente próxima à presente participação e ao objetivo de condicionar o aumento de intensidade de usos do solo minimizando quebras morfológicas que resultariam da presente participação, a qual ignora as cérceas adjacentes ao terreno, mantém-se a categoria/subcategoria de solo para esta área.	Improcedente
89	AVL2026/00264_A	Reclama da redução do índice máximo de construção de 0,8 para 0,7.	Reclamação	Parâmetros Urbanísticos	Tendo em atenção a necessidade imposta pelo RJIGT de adaptar a classificação do solo aos critérios do RJIGT sob pena de revogação do Plano de Urbanização da Cidade de Viana do Castelo, foi decidido pela Câmara Municipal não incluir no âmbito desta alteração mudanças na delimitação das Reservas Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional, pelo que todas as alterações de classificação que delas careçam não são possíveis de efetuar no presente procedimento.	Improcedente
137	AVL2026/00264_B	Solicita a alteração da delimitação da RAN proposta para parte da área do prédio	Reclamação	Reclassificação	Na sequência da ponderação das participações apresentadas, durante o período de discussão pública, foi alterada a categoria/ subcategoria de solo da parcela/lote alvo da presente participação para Espaços Centrais de Nível II.	Procedente
138	AVL2026/00264_C	Reclama da alteração do traçado de linha de água	Reclamação	Condicionantes Gerais	Foi corrigido o traçado da linha de água, no troço em que a linha de água integrou a rede de drenagem de águas pluviais (a montante do terreno do participante). No terreno relativo à participação, após análise de imagens aéreas dos últimos 20 anos, visita ao local em altura coincidente com registo de precipitação intensa que originou escoamento concentrado no terreno para a Rua da Lamosa (13 de fevereiro de 2026), e visita ao terreno na presença do participante (2 de abril de 2026) considera-se que, embora não se tenha conseguido evidenciar um leito bem definido no terreno (dada a vegetação alta no terreno) verificam-se evidências que fundamentam a existência de linha de água de carácter temporário. Mais se acrescenta que, a área de drenagem que contribui para a linha de água em causa tem uma configuração por patamares/socalcos e depressões lineares no terreno (com diferença de cotas na ordem dos 10 metros, do ponto mais alto para o ponto mais baixo do terreno) e a presença de vegetação hidrófila (típica de galerias ripícolas) e solo húmido revelam um local preferencial para a acumulação de água e o escoamento superficial provenientes de precipitação. Considerando a classificação do solo do terreno em causa como solo urbano, devem atender-se às repercussões territoriais de edificação, nomeadamente ao nível da mitigação do impacto da impermeabilização do solo, proteção de pessoas e bens contra fenómenos extremos de precipitação intensa cada vez mais recorrentes (considerando cenarização climática) e ao restabelecimento do equilíbrio biofísico da linha da água. Neste sentido, o traçado da linha de água no terreno relativo à participação mantem-se.	Improcedente
90	AVL2026/00265	Reclassificação total ou parcial do solo atualmente identificado como ET para uma categoria de solo urbano (EH de nível II)	Reclamação	Reclassificação	Face aos aspetos focados na participação apresentada, procedeu-se à reclassificação parcial da frente de terreno sobre o arruamento a nascente, integrando a categoria de Solo Urbano já estabelecida para os terrenos contíguos - Espaços Habitacionais de Nível II (EHII), mantendo a continuidade da frente urbana.	Parcialmente procedente
91	AVL2026/00266	Reclassificação do solo atualmente identificado como EE para uma categoria de solo urbano (EH de nível II)	Reclamação	Reclassificação	Analísado o processo ONERED_S 752/86 que sustentou a operação urbanística em que se integra a parcela objeto da presente participação, a mesma constituía um espaço de áreas exteriores arborizadas, complementares e adjacente à urbanização tendo sido transformado em áreas de equipamentos de apoio ao empreendimento turístico aí existente por iniciativa do requerente do processo. Assim, esta parcela de terreno tem de ser avaliada no contexto do conjunto edificado o qual apresenta já um índice urbanístico substancialmente superior ao estabelecido paras as categorias de solo urbano adjacentes, pelo que a sua edificação iria contribuir para a excessiva densificação da área urbana em que integra.	Improcedente

MATRIZ DE ANÁLISE, PONDERAÇÃO E RESPOSTA						
Id	N.º Processo	Quesito	Tipologia do quesito	Temática do quesito	Ponderação / resposta / fundamentação	Tipologia da resposta
92	AVL2026/00267	Reclassificação de terrenos para solo urbano ao longo de vias existentes	Reclamação	Reclassificação	Tendo em atenção a necessidade imposta pelo RJIGT de adaptar a classificação do solo aos critérios do RJIGT sob pena de revogação do Plano de Urbanização da Cidade de Viana do Castelo, foi decidido pela Câmara Municipal não incluir no âmbito desta alteração mudanças na delimitação das Reservas Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional, pelo que todas as alterações de classificação que delas careçam não são possíveis de efetuar no presente procedimento.	Improcedente
93	AVL2026/00268	Alteração da classificação da rede viária	Reclamação	Rede Viária	A rede terciária é de distribuição local composta por vias de acesso com alguma capacidade de escoamento. Nestas vias, as funções relacionadas com a acessibilidade devem sobrepor as funções relacionadas com a mobilidade. A Rede Viária em questão tem a classificação de Rede Terciária e encontra-se alinhada com os pressupostos previamente estabelecidos e supramencionados.	Improcedente
94	AVL2026/00269 - AVL2026/00275	Requer alteração de classificação/qualificação do solo, de rústico para urbano.	Reclamação	Reclassificação	Tendo em atenção a necessidade imposta pelo RJIGT de adaptar a classificação do solo aos critérios do RJIGT sob pena de revogação do Plano de Urbanização da Cidade de Viana do Castelo, foi decidido pela Câmara Municipal não incluir no âmbito desta alteração mudanças na delimitação das Reservas Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional, pelo que todas as alterações de classificação que delas careçam não são possíveis de efetuar no presente procedimento. Acresce ao exposto que a referida área está a ser alvo de um processo de redelimitação da Reserva Ecológica Nacional do concelho, de acordo com a Portaria n.º 336/2019 na sua redação atual que procede à revisão das Orientação Estratégicas Nacionais e Regionais para delimitação da REN a decorrer ao abrigo da revisão do Plano Diretor Municipal pelo que apreciação da pretensão deverá ser feita no âmbito desse procedimento.	Improcedente
95	AVL2026/00271	Permitir construção em Espaços Florestais complementares à atividade agrícola ou florestal para apoio à habitação com parâmetros urbanísticos mais restritos.	Reclamação	Reclassificação	A presente alteração ao Plano de Urbanização da Cidade, para além do objetivo de limitar o período de vigência da suspensão parcial do Plano de Urbanização tem como objetivo de adaptar a classificação do solo aos critérios uniforme de classificação previstos no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, sob pena de revogação. Este regime considera o solo urbano aquele que está total ou parcialmente urbanizado ou edificado e como tal afeto à urbanização ou edificação. A parcela em causa não está edificada e tendo em atenção a natureza acidentada do relevo, a cota a que se encontra, aponta para que se revele desproporcionalmente dispendioso a construção e operação de redes de infraestruturas de suporte à urbanização e edificação. Em acréscimo a ocupação florestal da parcela e envolvente, a proximidade a áreas de nível elevado de perigosidade de incêndio desaconselham fortemente o uso habitacional de tais áreas, em especial tendo em atenção, o aumento crescente de ocorrências de incêndios bem como a sua intensidade.	Improcedente
96	AVL2026/00272	Solicita aumento da profundidade do solo urbano de cerca de 70 m para 100 m, com fundamento com as servidões à EN 13, que limitam o aproveitamento urbanístico da propriedade.	Reclamação	Reclassificação	A presente alteração ao Plano de Urbanização da Cidade, para além do objetivo de limitar o período de vigência da suspensão parcial do Plano de Urbanização tem como objetivo de adaptar a classificação do solo aos critérios uniformes de classificação previstos no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, sob pena de revogação. Este regime considera o solo urbano aquele que está total ou parcialmente urbanizado ou edificado e como tal afeto à urbanização ou edificação. A parcela em causa não está edificada e, tendo em atenção a natureza acidentada do relevo, optou-se por reduzir a profundidade do solo urbano. De referir que as áreas mais afastadas no PUCVC em vigor até à abertura da discussão pública tinham uma classificação de solo que pela baixa densidade prevista tornava mais fácil a acomodação de propostas de ocupação urbana. Na sequência da presente participação e após análise da natureza do relevo por ela abrangida, foram classificadas parcialmente como solo urbano as áreas cujo relevo se revela mais compatível com aquela ocupação proposta e permitem menorizar o seu impacto paisagístico.	Parcialmente procedente
97	AVL2026/00273	Manutenção dos parâmetros urbanísticos vigentes do atual PUCVC	Reclamação	Parâmetros Urbanísticos	Na sequência da ponderação das participações apresentadas, durante o período de discussão pública, foi alterada a categoria/ subcategoria de solo da parcela/lote alvo da presente participação para Espaços Centrais de Nível II.	Procedente
98	AVL2026/00274	Solicita a correção da propriedade da parcela de que é proprietária que está identificada na Planta de Compromissos Urbanísticos como sendo propriedade do promotor do processo urbanístico LEDI 484/20.	Reclamação	Programação / UOPG	A munípe vem questionar a existência de um processo na planta de compromissos urbanísticos, que se sobrepõe a um terreno de que se diz proprietária. Refere-se que a planta de compromissos urbanísticos foi elaborada com base na informação disponível nesta Câmara para as operações urbanísticas a decorrer, tendo sido identificado o processo LEDI 484/20, com alvará de construção 546/24, que engloba a parcela em causa. Considerando que as questões relativas à propriedade de parcelas estão fora do âmbito deste processo de discussão pública, as mesmas devem ser tratadas no foro particular competente, designadamente a operação urbanística em curso.	Fora do âmbito do PUCVC
99	AVL2026/00276	Alargamento do perímetro urbano sobre área integrada em RAN.	Reclamação	Reclassificação	Tendo em atenção a necessidade imposta pelo RJIGT de adaptar a classificação do solo aos critérios do RJIGT sob pena de revogação do Plano de Urbanização da Cidade de Viana do Castelo, foi decidido pela Câmara Municipal não incluir no âmbito desta alteração mudanças na delimitação das Reservas Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional, pelo que todas as alterações de classificação que delas careçam não são possíveis de efetuar no presente procedimento.	Improcedente
100	AVL2026/00277-A	Pretende manter classificação do solo face aos direitos adquiridos.	Reclamação	Reclassificação	No que respeita ao artigo 1828 da matriz predial urbana de Perre, tendo em atenção os direitos adquiridos invocados vai-se proceder à classificação com Espaços de Atividades Económicas de Nível II.	Procedente
136	AVL2026/00277-B	Pretende expansão do Solo Urbano para área atualmente integrada em Reserva Ecológica Nacional	Reclamação	Reclassificação	Relativamente aos artigos 1569 e 1454 da matriz rústica da freguesia de Perre, a Câmara Municipal tendo em atenção a necessidade imposta pelo RJIGT de adaptar a classificação do solo aos critérios do RJIGT sob pena de revogação do Plano de Urbanização da Cidade de Viana do Castelo, decidiu não incluir no âmbito desta alteração mudanças na delimitação das Reservas Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional, pelo que todas as alterações de classificação que delas careçam não são possíveis de efetuar no presente procedimento. Assim a alteração de classificação de solo solicitada não pode ser aceite.	Improcedente

MATRIZ DE ANÁLISE, PONDERAÇÃO E RESPOSTA						
Id	N.º Processo	Quesito	Tipologia do quesito	Temática do quesito	Ponderação / resposta / fundamentação	Tipologia da resposta
101	AVL2026/00278	Requer a ampliação do solo urbano para habitação e para equipamentos.	Reclamação	Reclassificação	Face aos aspetos focados na participação apresentada, procedeu-se à reclassificação parcial da parcela em questão nas frentes urbanas sobre a EN13 e na via de acesso ao Porto de Mar, integrando a categoria de Solo Urbano já estabelecida para os terrenos contíguos a Poente - Espaços Habitacionais Nível I (EHI), mantendo a continuidade da frente urbana. Nas restantes parcelas mantém-se a classificação proposta, dado que são áreas que integram a Reserva Agrícola Nacional (RAN) não sendo passíveis de alteração no âmbito deste processo. As mesmas devem ser objeto de procedimento no âmbito da discussão pública a realizar ao processo de revisão do PDM.	Parcialmente procedente
102	AVL2026/00279	Manutenção dos parâmetros urbanísticos vigentes do atual PUCVC	Reclamação	Reclassificação	Face aos aspetos focados na participação apresentada, procedeu-se à reclassificação parcial da parcela em questão integrando a categoria de Solo Urbano já estabelecida para os terrenos contíguos ao longo da Ribeira do Pego - Espaços Urbanos Baixa Densidade Nível II (EUBDII), mantendo a continuidade da frente urbana. A área de terreno abrangida pela linha de Margem foi afetada à categoria de Espaços Naturais e Paisagísticos Ribeirinhos, salvaguardando os aspetos referentes à dominialidade do Domínio Hídrico.	Parcialmente procedente
103	AVL2026/00280	Solicita alteração do solo rústico para urbano mantendo a classificação do PUC em vigor à data de abertura da discussão publica.	Reclamação	Reclassificação	Tendo em atenção a alterações efetuadas no âmbito da discussão publica nos terrenos adjacentes a sul, foi parcialmente classificado como Solo Urbano na categoria de Espaços Habitacionais de nível III.	Parcialmente procedente
104	AVL2026/00281	Requer que a parcela esteja toda com a mesma qualificação	Reclamação	Parâmetros Urbanísticos	Na sequência da ponderação das participações apresentadas, durante o período de discussão pública, foi parcialmente alterada a categoria/ subcategoria de solo da parcela/lote alvo da presente participação para Espaços habitacionais de Nível II. Em acréscimo foi introduzida uma cláusula no regulamento que permite que quando as pretensões respeitem o n.º máximo de pisos e os afastamentos previstos em regulamento municipal, podem ultrapassar o índice em 10%, sendo nestes casos, com o objetivo de permitir a infiltração de águas pluviais, minorando as ocorrências superficiais e a pressão sobre a rede de águas pluviais, a impermeabilização máxima da parcela admitida de 75%.	Parcialmente procedente
105	AVL2026/00282 - AVL 2026/00309	Desafetação da REN sobre a parcela do requerente/Inclusão de uma norma-ponte de compatibilização (ponto 29)	Reclamação	Condicionantes Gerais	Tendo em atenção a necessidade imposta pelo RJIGT de adaptar a classificação do solo aos critérios do RJIGT sob pena de revogação do Plano de Urbanização da Cidade de Viana do Castelo, foi decidido pela Câmara Municipal não incluir no âmbito desta alteração mudanças na delimitação das Reservas Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional, pelo que todas as alterações de classificação que delas careçam não são possíveis de efetuar no presente procedimento.	Improcedente
106	AVL2026/00284	Requer a ampliação do perímetro urbano sobre área integrada em RAN	Reclamação	Reclassificação	Tendo em atenção a necessidade imposta pelo RJIGT de adaptar a classificação do solo aos critérios do RJIGT sob pena de revogação do Plano de Urbanização da Cidade de Viana do Castelo, foi decidido pela Câmara Municipal não incluir no âmbito desta alteração mudanças na delimitação das Reservas Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional, pelo que todas as alterações de classificação que delas careçam não são possíveis de efetuar no presente procedimento.	Improcedente
107	AVL2026/00285-A	Considerações e pedidos de esclarecimento relativamente aos critérios de qualificação da área como EIE	Pedido de esclarecimento	Classificação	Os Espaços de Infraestruturas Estruturantes correspondem a uma subcategoria da categoria Espaços de Uso Especial constantes do Decreto-Regulamentar n.º 15/2015. Embora este decreto não as defina, o Decreto-Regulamentar n.º 5/2019 que fixa os conceitos atualizados no domínio do ordenamento do território e urbanismo, menciona o conceito que melhor define as infraestruturas a abarcar nesta categoria: " <i>Os sistemas gerais de circulação e transporte associados à conectividade internacional, nacional, regional, municipal e interurbana, incluindo as redes e instalações associadas aos diferentes modos de transporte;</i> " O porto comercial de Viana do Castelo constitui uma destas instalações, estando na presente fase associada ao transporte marítimo e rodoviário que o serve do lado da terra e prevê a possibilidade de, no futuro, acolher o acesso ferroviário. A área atualmente afeta ao Porto de Mar constitui hoje uma área bastante reduzida relativamente à área que já esteve afeta/reservada para este uso. A qualificação de solo para esta área prevê, para além da subcategoria anteriormente mencionada, a categoria de Espaços Verdes - Recreio e Lazer, com o objetivo de estabelecer uma zona tampão à área afeta ao uso portuário, que diminua o impacto sobre as zonas fronteiras das atividades e instalações inerentes a este uso. Quanto ao espaço de equipamentos mencionado, este encontra-se identificado como equipamento (existente) de cultura e atividade de tempos livres, sendo a sede do agrupamento de escuteiros de Darque que neste momento ocupa o edifício. Encontra-se maioritariamente inserido numa faixa de Espaços Verdes - Recreio e Lazer. A área classificada como Espaços de Infraestruturas Estruturantes corresponde à área que a entidade gestora do Porto de Mar entende ser necessária à atividade portuária, e, em simultâneo, a área que o município reconhece como necessária ao desenvolvimento da estratégia de desenvolvimento económico do município e está condicionada pelas condições naturais do estuário, a natureza da ocupação existente na sua envolvente e acessibilidades e infraestruturas que condicionam a sua expansão. Está igualmente condicionada pelo constrangimento de não efetuar alterações designadamente à Reserva Ecologia Nacional que possam implicar um prolongamento temporal desproporcionado ou supérfluo face à revisão do Plano Diretor Municipal que decorre em paralelo a esta alteração. Relativamente às utilizações de recreio mencionadas, importa ponderar a importância relativa das atividades portuárias e as atividades de recreio e lazer mencionadas, a importância crescente do transporte marítimo na dinamização do tecido empresarial, na sua integração nas redes de comércio global e na competitividade do transporte marítimo em termos de custos de combustível e emissões de carbono, e na ausência de alternativas para crescimento do Porto de Mar. Se se considerar todos estes fatores poder-se-á compreender as escolhas que a alteração ao plano faz aos usos do solo referidos na presente participação. Faz-se igualmente notar que a zona da capela da Sra. das Areias e a sua ligação à	Parcialmente procedente

MATRIZ DE ANÁLISE, PONDERAÇÃO E RESPOSTA						
Id	N.º Processo	Quesito	Tipologia do quesito	Temática do quesito	Ponderação / resposta / fundamentação	Tipologia da resposta
					Avenida do Cabedelo, correspondendo ao traçado remanescente da antiga ponte, se encontra qualificado na subcategoria de Espaços Verdes - Recreio e Lazer, permitindo acolher algumas das preocupações mencionadas na presente participação.	
108	AVL2026/00285-B	Considerações e pedidos de esclarecimento relativamente à qualificação do terreno como EE ou EH	Pedido de esclarecimento	Reclassificação	A área referida pelos artigos mencionados foi classificada tendo em atenção as necessidades de expansão da área portuária atendendo as razões e constrangimentos de alternativas a esta expansão atrás mencionados.	Parcialmente procedente
109	AVL2026/00285-C	Pedido de acesso direto público à zona de costa a sul do Centro de Alto Rendimento	Pedido de esclarecimento	Classificação	A pretensão apresentada não se enquadra no âmbito da discussão pública da alteração ao PUC. As acessibilidades à orla litoral encontram-se asseguradas pelos acessos viários e pedonais já existentes não estando prevista a execução de novos percursos, considerando inclusive a integração dessa frente litoral em área do POC-CE (Programa da Orla Costeira Caminha - Espinho)	Fora do âmbito do PUCVC
110	AVL2026/00286	Solicita a desafetação do terreno inserido em Espaço Rural para Solo Urbano	Reclamação	Reclassificação	Tendo em atenção a necessidade imposta pelo RJIGT de adaptar a classificação do solo aos critérios do RJIGT sob pena de revogação do Plano de Urbanização da Cidade de Viana do Castelo, foi decidido pela Câmara Municipal não incluir no âmbito desta alteração mudanças na delimitação das Reservas Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional, pelo que todas as alterações de classificação que delas careçam não são possíveis de efetuar no presente procedimento.	Improcedente
111	AVL2026/00287	Identifica retificações a efetuar em diversas pelas desenhadas: Condicionantes Gerais; Situação Existente; Zonamento: Classificação e Qualificação do Solo	Reclamação	Retificação de peças escritas ou desenhadas	A sobreposição da área do matadouro das aves com as reservas mencionadas na presente participação não impede a sua integração na categoria Espaços de Atividades Industriais. De acordo com o Decreto-Regulamentar n.º 15/2015 estas atividades devem estar diretamente ligadas à utilização agrícola, florestal ou energética ou geológica. A inclusão naquelas reservas obriga a compatibilizar as intervenções a efetuar com o regime jurídico aplicável. De salientar que no caso vertente está-se a verter para o Plano de Urbanização a proposta do Plano de Intervenção em Espaço Rústico (PIER) em vigor naquela área. A existência de Áreas de Salvaguarda Arqueológica não é incompatível com a qualificação de solo urbano, estando as operações urbanísticas por ela abrangidas sujeitas ao regime regulamentar previsto no artigo 136.º do PUCVC. - A qualificação atribuída ao solo rústico na Veiga Emparcelada adapta a qualificação atribuída pelo PIER às categorias previstas no DR n.º 15/2015, de 19 de agosto. - A área referenciada, entre a EN 13 e o restaurante Artes, não integra as Áreas de Elevado Valor Paisagístico porque se encontra desafetado da RAN e integra a UOPG 71. A delimitação da Reserva Agrícola Nacional está a decorrer no âmbito de um procedimento diferente deste plano, dados os procedimentos inerentes não serem compatíveis com os prazos legais impostos ao Município para a presente alteração ao plano. De notar que o fator fundamental na sua delimitação não é a sua ocupação, mas as características do solo, designadamente a classificação da aptidão do solo segundo os critérios da FAO. De notar que a classificação do solo é regida pelo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial e as delimitações da Reserva Agrícola Nacional seguem o previsto no respetivo regime jurídico e, enquanto o primeiro rege os usos, o segundo visa a salvaguarda dos solos integrados naquela reserva. A planta da situação existente, dado o prazo para concluir a alteração, serviu-se da informação disponibilizada pela Direção Geral Território na Carta de Ocupação de 2018. Relativamente às divergências entre classificação de solo constante da Planta de Zonamento e caracterização da situação existente, não se trata apenas de um desejo de expandir, mas de permitir que a população, que tem vindo a crescer, tenha acesso a condições habitacionais condignas e de evitar, que pela concentração de solo urbano num número reduzido de proprietários, estes possam pedir preços desproporcionais por disporem de um bem (o solo urbano) escasso. Tenta-se atenuar com esta classificação e com outras alterações introduzidas, nomeadamente aquelas que tem a ver com cercas e tipologias, a pressão sobre terrenos, nomeadamente a veiga de Areosa, Carreço e Afife, mas igualmente sobre as do vale do Lima a nascente da cidade, para expansão do solo que pela posição e escala possuem maior aptidão para aproveitamento agrícola.	Esclarecimento de conteúdo
112	AVL2026/00288	Solicita a alteração da classificação de solo rústico para solo urbano, mantendo os parâmetros urbanísticos vigentes do atual PUCVC	Reclamação	Reclassificação	Na revisão do PDM em elaboração, a propriedade passa a estar parcialmente abrangida pela delimitação da REN (Área de Elevado Risco de Erosão Hídrica do Solo e Área de Instabilidade de Vertentes) em fase de aprovação. Considerando os riscos naturais associados à localização da parcela em área de REN e o seu enquadramento urbanístico, não se considera aceitável a alteração da qualificação de solo solicitada, devendo a mesma ser objeto de procedimento no âmbito da discussão pública a realizar ao processo de revisão do PDM.	Improcedente
113	AVL2026/00289	Contesta a suspensão do processo INFPRE 95/24. Mais solicita a manutenção dos parâmetros urbanísticos vigentes do atual PUCVC	Reclamação	Reclassificação	Na revisão do PDM em elaboração, a propriedade passa a estar abrangida pela delimitação da REN (Área de Elevado Risco de Erosão Hídrica do Solo e Área de Instabilidade de Vertentes) em fase de aprovação. Considerando os riscos naturais associados à localização da parcela em área de REN e o seu enquadramento urbanístico, não se considera aceitável a alteração da qualificação de solo solicitada.	Improcedente
114	AVL2026/00290	Requer a alteração da qualificação do solo, de “Infraestruturas Estruturantes”, por não ser compatível com a utilização que pretende dar (Instalações para assegurar o funcionamento administrativo, atendimento ao público, estacionamento, lavagem e desinfecção de veículos de transporte de doentes)	Reclamação	Reclassificação	Considerando o compromisso urbanístico existente através do processo LEDI 375/24 e a previsão de construção de equipamentos no prazo temporal do Plano, procedeu-se à alteração da qualificação do solo conforme solicitado. Conclui-se assim que o pedido reúne condições para ser aceite.	Procedente

MATRIZ DE ANÁLISE, PONDERAÇÃO E RESPOSTA						
Id	N.º Processo	Quesito	Tipologia do quesito	Temática do quesito	Ponderação / resposta / fundamentação	Tipologia da resposta
115	AVL2026/00291	Requer a alteração da qualificação do solo prevista, “Espaço Central de Nível II” para “Espaço Central de Nível I”	Reclamação	Reclassificação	Face às caraterísticas da envolvente próxima à presente participação e ao objetivo de condicionar o aumento de intensidade de usos do solo, minimizando quebras morfológicas que resultariam da presente reclamação, mantém-se a categoria/subcategoria de solo para esta área. Na sequência da ponderação efetuada às participações apresentadas durante o período de discussão pública, foi introduzida uma cláusula no regulamento que permite que, quando as pretensões respeitem o n.º máximo de pisos e os afastamentos previstos em regulamento municipal, podem ultrapassar o índice em 10%, sendo nestes casos, com o objetivo de permitir a infiltração de águas pluviais, minorando as escorrência superficiais e a pressão sobre a rede de águas pluviais, a impermeabilização máxima da parcela admitida de 75%.	Parcialmente procedente
0	AVL2026/00292	Requer a manutenção da área em solo urbano no PUC em vigor	Reclamação	Reclassificação	O terreno do munícipe insere-se na área do UP9 (PP Lugar S. Mamede), entretanto revogado. Na ausência do mesmo, apenas é permitido obras de conservação e de ampliação de edifícios existentes, situação que não se aplica ao caso em apreço. A pretensão não cumpre com os critérios do RJGT (Ausência de Infraestruturas) e está afeta a áreas de alta perigosidade de incêndios pelo que a extensão da mancha de aglomerado não se considera viável.	Improcedente
116	AVL2026/00295	Requer que a parcela seja excluída da UOPG 73 Requer a manutenção do índice de construção em vigor Questiona a forma de cálculo do Índice Volumétrico Requer a possibilidade de ultrapassar os 3 pisos com suporte em estudo de enquadramento	Reclamação	Parâmetros Urbanísticos	No que respeita aos pontos levantados na presente participação vimos esclarecer o seguinte: O índice volumétrico aplicável na versão de plano de urbanização em vigor até ao inico da discussão publica era de 2,4 m³/m². O motivo para o qual aos pisos com pé direito igual ou inferior a 3m não era aplicável o índice volumétrico decorre do fato de, por definição, para estes valores de pé direito, aquele índice, que resulta da multiplicação do índice máximo de construção aplicável pelo pé direito (0,8 x pé-direito de 3,0 m) obedeciam automaticamente ao índice volumétrico máximo admitido (as operações isentas da aplicação de índice máximo de construção de acordo com o n.º 15 daquele regulamento estavam igualmente isentas da aplicação do índice volumétrico máximo equivalente). Para a área que acompanha a presente participação o índice volumétrico aplicável a proposta de alteração ao Plano de Urbanização submetida a discussão publica prevê o aumento do índice volumétrico máximo para 2,45 m³/m². As definições de índice volumétrico e pé-direito são as constantes do Decreto-Regulamentar n.º 5/2019 não sendo aceitáveis para os conceitos ali constantes definições alternativas. A existência de estudos de enquadramento não se pode dissociar de que a versão do plano de urbanização que vigorou até à abertura da discussão pública previa um único índice (excetuando-se zonas de franja classificadas como zonas de enquadramento paisagístico) para as zonas destinadas a edificação habitacional, comércio e serviços, as quais abarcavam a totalidade do solo urbano, excluindo as zonas destinadas a equipamentos, atividades económicas ou industria e não sujeitas a regulamentação própria, designadamente as áreas de aplicação de planos de pormenor. A alteração ao plano de urbanização da cidade, colocada a discussão pública, ao duplicar as subcategorias de solo equivalentes, permite uma qualificação de solo mais fina, um melhor ajustamento da qualificação do solo às formas urbanas preexistentes e uma melhor clareza do regime aplicável. A alteração ao Plano de Urbanização, em acréscimo e ainda com o intuito de dispensar o recurso ao estudo de enquadramento, flexibiliza onde o pode fazer, designadamente nas tipologias edificatórias admissíveis, sem comprometer os objetivos do plano, nomeadamente evitando ruturas morfológicas por mudanças abruptas de cérceas. Decorre deste fato uma redução da incerteza do regime aplicável ao território, a qual na versão em vigor até ao início da abertura da discussão pública só se fazia durante o decorrer do processo de controle prévio. Em resultado da ponderação efetuada às participações foi alterada a categoria do solo aplicável da parcela alvo da presente participação, para espaços centrais de nível II e os limites da UOPG 73.	Parcialmente procedente
117	AVL2026/00296	Exposição sobre o LOTE B1 do PP Centro Histórico	Reclamação	Fora de âmbito	A pretensão apresentada não se enquadra no âmbito da discussão pública da alteração ao PUC. O Lote B1 insere-se em área afeta ao Plano de Pormenor do Centro Histórico e as regras para a sua ocupação decorrem daquela proposta de plano e respetivo regulamento.	Fora do âmbito do PUCVC
118	AVL2026/00297	Contesta os limites da UOPG 72 Propõe a desafetação da parcela da RAN para solo urbano e equipamentos constante da Planta de Programação permita o uso habitacional em parte da parcela.	Reclamação	Reclassificação	Tendo em atenção a necessidade imposta pelo RJGT de adaptar a classificação do solo aos critérios do RJGT sob pena de revogação do Plano de Urbanização da Cidade de Viana do Castelo, foi decidido pela Câmara Municipal não incluir no âmbito desta alteração mudanças na delimitação das Reservas Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional, pelo que todas as alterações de classificação que delas careçam não são possíveis de efetuar no presente procedimento. Por lapso a Planta de Zonamento - Programação não reflete esse constrangimento. Face ao exposto a presente participação deverá ser apresentada /avaliada no âmbito da Revisão do Plano Diretor Municipal.	Improcedente
119	AVL2026/00298	Solicita a retificação do traçado proposto que atravessa a Quinta da Boa Viagem, por separar a capela do cruzeiro	Reclamação	Rede Viária	A rede secundária proposta é de distribuição secundária com funções mistas de distribuição local e de acesso. Estas vias permitem a ligação da rede primária aos aglomerados envolventes. A proposta R2-01 é eliminada e a rede secundária é garantida através da rede existente por forma a garantir a continuidade de uma alternativa viável e paralela à rede secundária existente (EN13).	Procedente

MATRIZ DE ANÁLISE, PONDERAÇÃO E RESPOSTA						
Id	N.º Processo	Quesito	Tipologia do quesito	Temática do quesito	Ponderação / resposta / fundamentação	Tipologia da resposta
120	AVL2026/00299 - AVL2026/00307	Pretende alteração de qualificação do solo que permita a recuperação de edifícios existentes para habitação	Reclamação	Reclassificação	Tendo em atenção a necessidade imposta pelo RJIGT de adaptar a classificação do solo aos critérios do RJIGT sob pena de revogação do Plano de Urbanização da Cidade de Viana do Castelo, foi decidido pela Câmara Municipal não incluir no âmbito desta alteração mudanças na delimitação das Reservas Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional, pelo que todas as alterações de classificação que delas careçam não são possíveis de efetuar no presente procedimento. Acresce ao exposto que a referida área está ser alvo de um processo de redelimitação da Reserva Ecológica Nacional do concelho, de acordo com a Portaria n.º 336/2019, na sua redação atual, que procede à revisão das Orientações Estratégicas Nacionais e Regionais para a delimitação da REN, a decorrer ao abrigo da revisão do Plano Diretor Municipal, pelo que a apreciação da pretensão deverá ser feita no âmbito desse procedimento, devendo ser apresentada no âmbito do período de discussão pública do mesmo logo que ela tenha lugar.	Improcedente
121	AVL2026/00300	Alterar a classificação do solo proposta de EC nível II para EH nível II / Corrigir articulado do regulamento	Reclamação	Reclassificação	Considerando que face aos princípios estabelecidos pela Lei n.º 31/2014 no seu n.º 3 designadamente os respeitantes à solidariedade intra e intergeracional, à economia e eficiência, a economia de solo, a racionalização de sistemas de transportes e infraestruturas urbanas e tendo em atenção o imperativo do ordenamento de solo conjugar respostas a necessidades de reduzir as emissões designadamente as associadas a movimentos pendulares, a densificar as áreas servidas por redes de transporte públicos, aumentar a oferta habitacional, se recomenda uma cidade compacta e densa a proposta sem prejuízo da gradação de cêrceas que introduz não o faz de forma abrupta ou desequilibrada, não introduz ruturas morfológicas superiores às contidas no quarteirão onde se insere, em que as cêrceas variam desde um único piso até aos cinco pisos tendo-o feito sem colocar em causa as proteções que decorrem da zona arqueológica se considera a classificação do solo constante da proposta da alteração ao Plano de Urbanização posta a discussão pública para a parcela alvo da presente participação adequada e consequentemente a manter inalterada.	Improcedente
122	AVL2026/00301-A	Sugere correções / retificações a lapsos no texto e estrutura do articulado do regulamento.	Sugestão	Retificação de peças escritas ou desenhadas	De uma forma geral foram atendidas as sugestões feitas relativamente à organização das alíneas e subalíneas do regulamento, tendo-se procedido igualmente à retificação dos diversos lapsos detetados.	Procedente
123	AVL2026/00301-B	Sugere correções / retificações ao nível do texto apresentado no Programa de Execução e Plano de Financiamento	Sugestão	Retificação de peças escritas ou desenhadas	Foram atendidas as sugestões de correção.	Procedente
124	AVL2026/00301-C	Sugere correções / retificações ao nível do texto apresentado no Programação e Execução (Fichas individuais)	Sugestão	Retificação de peças escritas ou desenhadas	Foram atendidas as sugestões de correção.	Procedente
125	AVL2026/00302	Prever no articulado do regulamento o caráter excecional para situações de colmatação ou no interior da ZEP	Reclamação	Parâmetros Urbanísticos	Alterações de plano decorrem de alterações no enquadramento legislativo ou das circunstâncias socioeconómicas e bem como as que resultam da consolidação da experiência da sua aplicação. O presente plano não é alvo de alteração significativa há 18 anos. Resulta desta alteração, inevitavelmente pelos fatores atrás expostos, uma mudança de enquadramento administrativo das pretensões particulares para a sua área de intervenção, que adapta às circunstâncias externas que motivaram a sua alteração bem como incorporam as lições que o período de vigência aportou. Não se pode de deixar de notar que, até à obtenção de uma licença ou viabilidade de informação prévia, as expetativas dos particulares não foram validadas pelas entidades públicas com responsabilidades na administração do território. Ou seja, a concretização das expetativas pode ser gorada durante o processo de controle prévio. Por este motivo a legislação e pratica urbanística não reconhecem validade a estas expetativas até à emissão de um ato administrativo que confirme a sua legalidade. Os procedimentos invocados na presente participação, à presente data ainda não o obtiveram para além dos constantes no loteamento aí referido. Caso tal tivesse ocorrido estes prevaleceriam sobre a proposta de alteração ao presente plano. A proposta de alteração ao plano, para além dos interesses particulares interessados na promoção da transformação territorial, tem igualmente que considerar o interesse geral, nomeadamente o dos cidadãos que nele vivem ou dele dependem para a obtenção, no mínimo, de meios de subsistência, e que alguns deles realizaram investimentos que dependem da estabilidade do enquadramento que as sustentou, nomeadamente da preservação das caraterísticas patrimoniais existentes enquanto fator atrator de visitantes, e o acréscimo de consumidores de bens e serviços resultantes. Na sequência da ponderação das participações apresentadas, durante o período de discussão pública, foi introduzida uma cláusula no regulamento que permite que quando as pretensões respeitem o n.º máximo de pisos e os afastamentos previstos em regulamento municipal, podem ultrapassar o índice em 10%, sendo nestes casos, com o objetivo de permitir a infiltração de águas pluviais, minorando as escorrências superficiais e a pressão sobre a rede de águas pluviais, a impermeabilização máxima da parcela admitida de 75%.	Parcialmente procedente
126	AVL2026/00304	Omissão de leito de curso de água	Reclamação	Condicionantes Gerais	Foram analisadas todas as cartografias de base e fotografias aéreas disponíveis, no sentido de verificar a existência da referida linha de água (indicada no Plano em vigor) mas não se conseguiu. Neste sentido, procedeu-se a visita ao terreno no dia 13 de março de 2026, e também não for possível recolher evidências da existência da linha de água no local indicado.	Improcedente

MATRIZ DE ANÁLISE, PONDERAÇÃO E RESPOSTA						
Id	N.º Processo	Quesito	Tipologia do quesito	Temática do quesito	Ponderação / resposta / fundamentação	Tipologia da resposta
127	AVL2026/00305	Requer alteração da classificação proposta (parcialmente EAF) para EFRVP com o respetivo regime normativo associado às características do terreno	Reclamação	Reclassificação	Considerando os termos da participação apresentada - ocupação de parcela de terreno com empreendimentos turísticos e turismo da natureza - considera-se que, independentemente da categoria de solo florestal, o regime aplicável é idêntico, pelo que não se justifica a sua alteração na carta de Ordenamento.	Improcedente
128	AVL2026/00306	Exposição sobre o LOTE B1 do PP Centro Histórico	Reclamação	Fora de âmbito	A pretensão apresentada não se enquadra no âmbito da discussão pública da alteração ao PUC. O Lote B1 insere-se em área afeta ao Plano de Pormenor do Centro Histórico e as regras para a sua ocupação decorrem daquela proposta de plano e respetivo regulamento.	Fora do âmbito do PUCVC
129	AVL2026/00308	Alterar a classificação/Qualificação do solo proposta de EFPT para EH nível II	Reclamação	Reclassificação	A presente alteração ao Plano de Urbanização da Cidade, para além do objetivo de limitar o período de vigência da suspensão parcial do Plano de Urbanização tem como objetivo de adaptar a classificação do solo aos critérios uniforme de classificação previstos no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, sob pena de revogação. Este regime considera o solo urbano aquele que está total ou parcialmente urbanizado ou edificado e como tal afeto à urbanização ou edificação. A área alvo da presente pretensão não é servida por arruamento ou infraestrutura e como tal não obedece aos critérios constantes naquele regime. Acresce ao exposto que a área onde se insere a presente pretensão está ser alvo de um processo de redelimitação da Reserva Ecológica Nacional do concelho, de acordo com a Portaria 336/2019 ,na sua redação atual, que procede à revisão das Orientações Estratégicas Nacionais e Regionais para a delimitação da REN, a decorrer ao abrigo da revisão do Plano Diretor Municipal, pelo que a apreciação da pretensão deverá ser feita no âmbito desse procedimento, devendo para o efeito, caso entenda, ser apresentada no âmbito do período de discussão publica do mesmo, logo que ela tenha lugar.	Improcedente
130	AVL2026/00310	Reconsiderar a admissibilidade de intervenções comerciais de impacto territorial significativo	Reclamação	Classificação	Conforme decorre da proposta de regulamento na versão em Discussão Pública, a instalação de estabelecimentos comerciais em áreas predominantemente habitacionais está já condicionada ao disposto no artigo 20.º o qual estabelece e salvaguarda as condições de admissibilidade dos usos complementares e de comércio e serviços, sendo as questões alegadas nesta participação, do âmbito da gestão urbanística.	Improcedente
131	AVL2026/00311	Manutenção dos parâmetros urbanísticos vigentes do atual PUCVC	Reclamação	Reclassificação	Na revisão do PDM em elaboração, a propriedade passa a estar abrangida pela delimitação da REN (Área Estratégicas de Infiltração e Recarga de Aquíferos e Zonas Ameaçadas por Cheias) em fase de aprovação. Considerando os riscos naturais associados à localização da parcela em área de REN e o seu enquadramento urbanístico, não se considera aceitável a alteração da qualificação de solo solicitada.	Improcedente
132	AVL2026/00316	Requer alteração da categoria de solo urbano – Espaços de Uso Especial - Equipamentos para EC Nível II Requer alteração de solo rústico para urbano	Reclamação	Reclassificação	Tendo em atenção a necessidade imposta pelo RJIGT de adaptar a classificação do solo aos critérios do RJIGT sob pena de revogação do Plano de Urbanização da Cidade de Viana do Castelo, foi decidido pela Câmara Municipal não incluir no âmbito desta alteração mudanças na delimitação das Reservas Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional, pelo que todas as alterações de classificação que delas careçam não são possíveis de efetuar no presente procedimento. Excetua-se desta apreciação a parcela adjacente ao cemitério da Meadela que, conforme informação prestada pela Junta de Freguesia, não tem previsão de construção de equipamentos no prazo temporal do Plano pelo que se procedeu à sua reclassificação na categoria de Espaços Centrais de Nível II (ECNII) adjacente.	Parcialmente procedente

ANEXO IV. Alteração pontual da estrutura e do articulado do Regulamento – correspondência entre a versão anterior e a versão atual

Versão anterior	Versão Atual	Alteração
CAPÍTULO I Disposições gerais	-----	-----
Artigo 1.º Âmbito Territorial	Artigo 1.º Âmbito Territorial	Alterado: Correção da descrição das freguesias da cidade
Artigo 2.º Objetivos	Artigo 2.º Objetivos	Mantém-se com alteração da numeração para alíneas
(Artigos 3.º a 5.º)	-----	Mantém-se
Artigo 6.º Definições	Artigo 6.º Definições Número 1	Mantém-se com alteração da numeração
Número 1	Número 1 alínea a)	Mantém-se com alteração da numeração
Número 2 alínea a)	Número 1 alínea b)	Alterado: alteração da numeração e revisão da definição de “Colmatação”
-----	Número 1 alínea c)	Novo: introdução da definição de “Cota de Soleira”
Número 3	Número 1 alínea d)	Mantém-se com alteração da numeração
Número 4	Número 1 alínea e)	Mantém-se com alteração da numeração
-----	Número 1 alínea f)	Novo: introdução da definição de “Morfologia Urbana”
-----	Número 1 alínea g)	Novo: introdução da definição de “Morfotipologia”
-----	Número 1 alínea h)	Novo: introdução da definição de “Tipologia de Edificação”
Número 5	Número 1 alínea i)	Mantém-se com alteração da numeração
Número 6	Número 1 alínea j)	Alterado: alteração da numeração e revisão da definição de “Edifício em Ruína”
Número 7	Número 1 alínea k)	Mantém-se com alteração da numeração
Número 8	Número 1 alínea l)	Mantém-se com alteração da numeração
Número 9	Número 1 alínea m)	Mantém-se com alteração da numeração
Número 10	Número 1 alínea n)	Mantém-se com alteração da numeração
Número 11	Número 1 alínea o)	Mantém-se com alteração da numeração
Número 12	Número 1 alínea p)	Mantém-se com alteração da numeração
Número 12 alínea a)	Alínea p) subalínea i)	Mantém-se com alteração da numeração
Número 12 alínea b)	Alínea p) subalínea ii)	Mantém-se com alteração da numeração
Número 13	Número 2	Mantém-se com alteração da numeração. As alíneas mantêm-se.
CAPÍTULO II Condicionantes – Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública	-----	-----
Artigo 7.º - Identificação	Artigo 7.º - Identificação	Mantém-se com alteração da organização do artigo, substituindo-se a numeração por alíneas.
Artigo 8.º Regime	-----	Mantém-se
CAPÍTULO III Adaptação e Mitigação das Alterações Climáticas	-----	-----
Artigos 9.º Âmbito	Artigo 9.º Âmbito	Mantém-se com alteração da organização do artigo, substituindo-se a numeração por alíneas.
Art.º 10.º Adaptação e Mitigação	Art.º 10.º - Adaptação e Mitigação	Alterado: a redação da alínea i) do número 1 foi alterada, tendo sido acrescentado “mobilidade ativa. As alíneas d), f), i) e J) do número 2 tiveram correções gramaticais.
(Artigos 11.º 18º)	-----	Mantém-se. O número 3 e a sua alínea b) do artigo 17.º tiveram correções gramaticais.

Versão anterior	Versão Atual	Alteração
CAPÍTULO IV Uso do solo	-----	-----
SECÇÃO I Classificação do Solo Rústico e Urbano	-----	-----
Artigo 19.º Classificação do Solo	Artigo 19.º Classificação do Solo	Mantém-se com alteração da organização do artigo, substituindo-se a numeração por alíneas.
SECÇÃO II Disposições Comuns às Classes de Solo	-----	-----
Artigo 20.º Compatibilidade de Usos e Atividades	-----	Mantém-se
Artigo 21.º Utilização dos Recursos Hídricos	Artigo 21.º Utilização dos Recursos Hídricos	Mantém-se.
Artigo 22.º Extensão das Redes Públicas	Artigo 22.º Extensão das Redes Públicas	Mantém-se.
SECÇÃO III Orla Costeira Caminha - Espinho	-----	-----
Artigo 23.º Identificação e Regime	Artigo 23.º Identificação e Regime	Mantém-se com correção da numeração.
SECÇÃO IV Rede Natura 2000	-----	-----
Artigo 24.º Identificação e Regime	Artigo 24.º Identificação e Regime	Mantém-se.
CAPÍTULO V Solo Rústico	-----	-----
(Artigos 25.º a 27.º)	(Artigos 25.º a 27.º)	Mantém-se.
Artigo 28.º Condições Gerais de Edificabilidade	Artigo 29.º Condições Gerais de Edificabilidade	Alterado: Alteração da redação da alínea b) do número 1, do número 2 e da sua alínea b).
(Artigos 29.º a 30.º)	(Artigos 29.º a 30.º)	Mantém-se.
Artigo 31. Regime Geral de Ocupação e Edificabilidade	Artigo 31.º Regime Geral de Ocupação e Edificabilidade	Alterado: Alteração da redação da alínea h) do número 2, com introdução de “ou que sejam objeto de alteração do uso para este fim”.
(Artigos 32º a 36.º)	(Artigos 32.º a 35.º)	Mantém-se.
Artigo 37.º Regime Geral de Uso	Artigo 37.º Regime Geral de Uso	Mantém-se com correção gramatical.
Artigo 38. Regime Geral de Ocupação e Edificabilidade	Artigo 38.º Regime Geral de Ocupação e Edificabilidade	Alterado: Alteração da redação da alínea i), com introdução de “reconstrução e”. Altera-se a numeração para alíneas.
(Artigos 39º a 52.º)	(Artigos 39.º a 52.º)	Mantém-se. O número 1 do artigo 44.º teve correção gramatical.
Artigo 53.º Edificabilidade	Artigo 53.º Edificabilidade	Alterado: Alteração da redação com introdução de “industriais” e “nos termos das disposições do número 4 do artigo 195º”.
(Artigos 54º a 76.º)	(Artigos 54.º a 76.º)	Mantém-se.
CAPÍTULO VI Solo Urbano	-----	-----
SECÇÃO I Disposições Gerais	-----	-----
SUBSECÇÃO I Regime Geral de Edificabilidade Aplicável aos Espaços Centrais, Espaços Habitacionais e Espaços Urbanos de Baixa Densidade	-----	-----
Artigo 77.º Identificação	Artigo 77.º Identificação	Alterado: alteração parcial da redação do artigo.
(Artigos 78.º a 79.º)	(Artigos 78.º a 79.º)	Mantém-se.
Artigo 80.º Número de Pisos Acima da Cota de Soleira	Artigo 80.º Número de Pisos Acima da Cota de Soleira	Alterado.
Número 1	Número 1	Mantém-se.
Número 2	Número 2	Mantém-se.
Número 3	Número 3	Mantém-se.
Alínea a)	-----	Eliminado.
Alínea b)	Alínea a)	Alterado.

Versão anterior	Versão Atual	Alteração
Alínea c)	Alínea b)	Mantém-se.
Artigo 81.º Índices Urbanísticos	Artigo 81.º Índices Urbanísticos	Alterado.
Número 1	Número 1	Mantém-se.
Número 2	Número 2	Mantém-se.
Alínea a)	Alínea a)	Alterado.
Alínea b)	Alínea b)	Mantém-se.
Número 3	Número 3	Mantém-se.
Alínea a)	Alínea a)	Mantém-se.
Alínea b)	Alínea b)	Mantém-se.
Subalínea i)	Subalínea i)	Mantém-se.
Subalínea ii)	Subalínea ii)	Mantém-se com correção gramatical.
Subalínea ii)	Subalínea ii)	Mantém-se.
Alínea c)	Alínea c)	Alterado: alteração de redação.
Subalínea i)	-----	Eliminado.
Número 4	Número 4	Mantém-se com correção gramatical.
-----	Número 5	Novo: introdução de número novo para clarificação do coeficiente de impermeabilização.
Número 5	Número 6	Mantém-se com renumeração.
Número 6	Número 7	Mantém-se com renumeração.
-----	Número 8	Novo: introdução de número novo para clarificação da contabilização de solo rústico para efeitos do índice de impermeabilização.
Artigo 82.º Construção Mínima Garantida	Artigo 82.º Construção Mínima Garantida	Alterado.
Número 1	Número 1	Alterado: alteração da redação para clarificação.
Número 2	Número 2	Alterado: alteração da redação para clarificação.
SUBSECÇÃO II Regime Geral de Edificabilidade Aplicável aos Espaços de Atividades Económicas	-----	-----
Artigo 83.º Identificação e Usos	Artigo 83.º Identificação e Usos	Mantém-se, com alteração da numeração para alíneas.
(Artigos 84.º a 87.º)	(Artigos 84.º a 87.º)	Mantém-se.
SUBSECÇÃO III Qualificação do Solo Urbano	-----	-----
Artigo 88.º Identificação	Artigo 88.º Identificação	Mantém-se, com alteração da numeração para alíneas e das alíneas para subalíneas.
SECÇÃO II Espaços Centrais	-----	-----
SUBSECÇÃO I Espaços Centrais de Nível I	-----	-----
Artigo 89.º Identificação	Artigo 89.º Identificação	Alterado: alteração parcial da redação do artigo.
Artigo 90.º Tipologia	Artigo 90.º Tipologia	Alterado: alteração parcial da redação do artigo.
Artigo 91.º Número de Pisos Acima da Cota de Soleira	Artigo 91.º Número de Pisos Acima da Cota de Soleira	Mantém-se.
Artigo 92.º Índices Urbanísticos	Artigo 92.º Índices Urbanísticos	Alterado.
Número 1	Número 1	Alterado: alteração da redação (índice máximo passa a referência).
-----	Número 2	Novo: introdução de número novo com incremento dos índices de referência.

Versão anterior	Versão Atual	Alteração
Número 2	Número 3	Alterado: alteração da redação.
SUBSECÇÃO II Espaços Centrais de Nível II	-----	-----
Artigo 93.º Identificação	Artigo 93.º Identificação	Alterado: alteração parcial da redação do artigo.
Artigo 94.º Tipologia	Artigo 94.º Tipologia	Alterado: alteração parcial da redação do artigo.
Artigo 95.º Número de Pisos Acima da Cota de Soleira	Artigo 95.º Número de Pisos Acima da Cota de Soleira	Mantém-se.
Artigo 96.º Índices Urbanísticos	Artigo 96.º Índices Urbanísticos	Alterado.
Número 1	Número 1	Alterado: alteração da redação (índice máximo passa a referência).
-----	Número 2	Novo: introdução de número novo com incremento dos índices de referência.
Número 2	Número 3	Alterado: alteração da redação.
SECÇÃO III Espaços Habitacionais	-----	-----
SUBSECÇÃO I Espaços Habitacionais de Nível I	-----	-----
Artigo 97.º Identificação	Artigo 97.º Identificação	Alterado: divisão do artigo em números e alteração da redação.
Artigo 98.º Tipologia	Artigo 98.º Tipologia	Alterado: alteração parcial da redação do artigo.
Artigo 99.º Número de Pisos Acima da Cota de Soleira	Artigo 99.º Número de Pisos Acima da Cota de Soleira	Mantém-se.
Artigo 100.º Índices Urbanísticos	Artigo 100.º Índices Urbanísticos	Alterado.
Número 1	Número 1	Alterado: alteração da redação (índice máximo passa a referência).
-----	Número 2	Novo: introdução de número novo com incremento dos índices de referência.
Número 2	Número 3	Alterado: alteração da redação.
SUBSECÇÃO II Espaços Habitacionais de Nível II	-----	-----
Artigo 101.º Identificação	Artigo 101.º Identificação	Alterado: alteração parcial da redação do número 1 do artigo.
Artigo 102.º Tipologia	Artigo 102.º Tipologia	Alterado: alteração parcial da redação do artigo.
Artigo 103.º Número de Pisos Acima da Cota de Soleira	Artigo 103.º Número de Pisos Acima da Cota de Soleira	Mantém-se.
Artigo 104.º Índices Urbanísticos	Artigo 104.º Índices Urbanísticos	Alterado.
Número 1	Número 1	Alterado: alteração da redação (índice máximo passa a referência e alterado de 0,70 para 0,75).
-----	Número 2	Novo: introdução de número novo com incremento dos índices de referência.
Número 2	Número 3	Alterado: alteração da redação.
SUBSECÇÃO III Espaços Habitacionais de Nível III	-----	-----
Artigo 105.º Identificação	Artigo 105.º Identificação	Alterado: alteração parcial da redação.
Artigo 106.º Tipologia	Artigo 106.º Tipologia	Alterado: alteração da redação do artigo.
Artigo 107.º Número de Pisos Acima da Cota de Soleira	Artigo 107.º Número de Pisos Acima da Cota de Soleira	Mantém-se.
Artigo 108.º Índices Urbanísticos	Artigo 108.º Índices Urbanísticos	Alterado, com introdução de números.
-----	Número 1	Alterado: altera para número e altera a redação (índice máximo passa a referência).
-----	Número 2	Novo: introdução de número novo com incremento dos índices de referência.
-----	Número 3	Novo: introdução de norma condicional idêntica às outras categorias de espaços, não prevista por lapso.
SECÇÃO IV Espaços Urbanos de Baixa Densidade	-----	-----
Artigo 109.º Identificação	Artigo 109.º Identificação	Alterado: divisão do artigo em números e alteração da redação.
Artigo 110.º Tipologia	Artigo 110.º Tipologia	Alterado: alteração parcial da redação do artigo.

Versão anterior	Versão Atual	Alteração
Artigo 111.º Número de Pisos Acima da Cota de Soleira	Artigo 111.º Número de Pisos Acima da Cota de Soleira	Mantém-se.
Artigo 112.º Índices Urbanísticos	Artigo 112.º Índices Urbanísticos	Alterado, com introdução de números.
-----	Número 1	Alterado: altera para número e altera a redação (índice máximo passa a referência).
-----	Número 2	Novo: introdução de número novo com incremento dos índices de referência.
-----	Número 3	Novo: introdução de norma condicional idêntica às outras categorias de espaços, não prevista por lapso.
SECÇÃO V Espaços de Atividades Económicas	-----	-----
SUBSECÇÃO I Espaços de Atividades Económicas de Nível I	-----	-----
Artigo 113.º Identificação	Artigo 113.º Identificação	Mantém-se com correção gramatical.
Artigo 114.º Edificabilidade	Artigo 114.º Edificabilidade	Mantém-se.
SUBSECÇÃO II Espaços de Atividades Económicas de Nível II	-----	-----
Artigo 115.º Identificação	Artigo 115.º Identificação	Mantém-se com correção gramatical.
(Artigos 116.º a 117.º)	(Artigos 116.º a 117.º)	Mantém-se.
SECÇÃO VI Espaços Verdes	-----	-----
SUBSECÇÃO I Espaços Verdes – Recreio e Lazer	-----	-----
Artigo 118.º Identificação	Artigo 118.º Identificação	Alterado.
Número 1	Número 1	Alterado: alteração da redação, acrescentando-se “podendo também serem privados”.
Número 2	Número 2	Alterado: alteração da redação com atualização dos usos admissíveis.
Artigo 119.º Edificabilidade	Artigo 119.º Edificabilidade	Mantém-se.
SECÇÃO VII Espaços de Uso Especial	-----	-----
SUBSECÇÃO I Espaços de Equipamentos	-----	-----
Artigo 120.º Identificação	Artigo 120.º Identificação	Mantém-se com correção gramatical.
Artigo 121.º Edificabilidade	Artigo 121.º Edificabilidade	Alterado.
Números 1 a 7	Números 1 a 7	Mantém-se.
-----	Número 2	Novo: introdução de número novo com limp.
SUBSECÇÃO II Espaços de Infraestruturas Estruturantes	-----	-----
Artigo 122.º Identificação	Artigo 122.º Identificação	Mantém-se com correção gramatical.
(Artigos 123.º a 124.º)	(Artigos 123.º a 124.º)	Mantém-se.
SUBSECÇÃO III Espaços Turísticos	-----	-----
Artigo 125.º Identificação	Artigo 125.º Identificação	Mantém-se com correção gramatical.
Artigo 126.º Edificabilidade	Artigo 126.º Edificabilidade	Alterado.
CAPÍTULO VII Salvaguardas	-----	-----
SECÇÃO I Áreas de Proteção à Paisagem	-----	-----
SUBSECÇÃO I Áreas de Elevado Valor Paisagístico	-----	-----
Artigo 127.º Identificação	Artigo 127.º Identificação	Mantém-se com correção gramatical.
Artigo 128.º Regime	Artigo 128.º Regime	Mantém-se.
SUBSECÇÃO II Galerias Ripícolas	-----	-----

Versão anterior	Versão Atual	Alteração
(Artigos 129.º a 130.º)	(Artigos 129.º a 130.º)	Mantém-se.
SECÇÃO II Património Cultural	-----	-----
SUBSECÇÃO I Bens Imóveis Classificados ou em vias de Classificação e respetivas Zonas de Proteção	-----	-----
Artigo 131.º Identificação	Artigo 131.º Identificação	Mantém-se com correção gramatical.
Artigo 132.º Regime	Artigo 132.º Regime	Mantém-se.
SUBSECÇÃO II a SUBSECÇÃO III	-----	-----
(Artigos 133.º a 135.º)	(Artigos 133.º a 135.º)	Mantém-se.
SUBSECÇÃO IV Património arqueológico inventariado	-----	-----
Artigo 136.º Identificação	Artigo 136.º Identificação	Mantém-se com correção da numeração.
(Artigos 137.º a 138.º)	(Artigos 137.º a 138.º)	Mantém-se.
SECÇÃO III Áreas de risco	-----	-----
SUBSECÇÃO I Disposições Gerais	-----	-----
Artigo 139.º Identificação	Artigo 139.º Identificação	Mantém-se com correção gramatical.
SUBSECÇÃO II Áreas com Risco de Erosão	-----	-----
Artigo 140.º Identificação	Artigo 140.º Identificação	Mantém-se com correção gramatical.
Artigo 141.º Regime	Artigo 141.º Regime	Mantém-se.
SUBSECÇÃO III Áreas Ameaçadas pelas Cheias	-----	-----
Artigo 142.º Identificação	Artigo 142.º Identificação	Mantém-se com correção gramatical.
Artigo 143.º Regime	Artigo 143.º Regime	Mantém-se.
SUBSECÇÃO IV Zonas Acústicas Sensíveis e Mistas	-----	-----
Artigo 144.º Identificação	Artigo 144.º Identificação	Mantém-se com correção gramatical.
Artigo 145.º Regime	Artigo 145.º Regime	Mantém-se.
CAPÍTULO VIII Rede de Infraestruturas Viárias	-----	-----
Artigo 146.º Regime	Artigo 146.º Regime	Mantém-se.
SECÇÃO I Zonas dos Itinerários do PRN	-----	-----
Artigo 147.º Caracterização e Classificação	Artigo 147.º Caracterização e Classificação	Mantém-se com correção gramatical.
Artigo 148.º Regime	Artigo 148.º Regime	Mantém-se.
SECÇÃO II Rede Viária Classificada – RVC	-----	-----
Artigo 149.º Âmbito e Aplicação	Artigo 149.º Âmbito e Aplicação	Mantém-se com correção gramatical.
(Artigos 150.º a 152.º)	(Artigos 150.º a 152.º)	Mantém-se.
Artigo 153.º Normas para a Gestão da RVC	Artigo 153.º Normas para a Gestão da RVC	Mantém-se com correção da numeração.
SECÇÃO III Rede Viária Não Classificada	-----	-----
Artigo 154.º Âmbito e Aplicação	Artigo 154.º Âmbito e Aplicação	Mantém-se com correção gramatical.
Artigo 155.º Gestão da Rede Viária Não Classificada	Artigo 155.º Gestão da Rede Viária Não Classificada	Mantém-se.

Versão anterior	Versão Atual	Alteração
SECÇÃO IV Rede Ferroviária	-----	-----
Artigo 156.º Identificação	Artigo 156.º Identificação	Mantém-se com correção gramatical.
Artigo 157.º Regime	Artigo 157.º Regime	Mantém-se.
SECÇÃO V Espaços Canal	-----	-----
Artigo 158.º Identificação	Artigo 158.º Identificação	Mantém-se com correção gramatical.
Artigo 159.º Regime	Artigo 159.º Regime	Mantém-se.
CAPÍTULO IX Dotações Coletivas	-----	-----
SECÇÃO I Áreas Destinadas a Espaços Verdes e de Utilização Coletiva, Equipamentos de Utilização Coletiva e Habitação Pública de Custos Controlados ou para Arrendamento Acessível e Infraestruturas	-----	-----
Artigo 160.º Parâmetros de Dimensionamento	Artigo 160.º Parâmetros de Dimensionamento	Mantém-se.
Artigo 161.º Cedências	Artigo 161.º Cedências	Alterado.
Números 1 a 3	Números 1 a 3	Mantém-se.
Número 4	Número 4	Alterado: alteração da redação, suprimindo-se “(quando afetos a equipamentos de utilização coletiva)”.
Números 5 a 6	Números 5 a 6	Mantém-se.
Número 7	Número 7	Mantém-se com correção gramatical.
Números 8 a 12	Números 8 a 12	Mantém-se.
SECÇÃO II Estacionamento	-----	-----
Artigo 162.º Estacionamento Privado	Artigo 162.º Estacionamento Privado	Mantém-se com correção gramatical.
Artigo 163.º Estacionamento Público	Artigo 163.º Estacionamento Público	Mantém-se com correção gramatical.
SECÇÃO III Cláusulas Especiais	-----	-----
Artigo 164.º Identificação	Artigo 164.º Identificação	Mantém-se com correção gramatical nos números 2 e 8.
CAPÍTULO X Programação e Execução do Plano	-----	-----
SECÇÃO I Disposições Gerais	-----	-----
(Artigos 165.º a 166.º)	(Artigos 165.º a 166.º)	Mantêm-se.
SECÇÃO II Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG)	-----	-----
(Artigos 167.º a 169.º)	(Artigos 167.º a 169.º)	Mantêm-se.
Artigo 170.º UOPG – Tipo 2 (Atividades económicas Nível II)	Artigo 170.º UOPG – Tipo 2 (Atividades económicas Nível II)	Alterado.
Números 1 a 3	Números 1 a 3	Mantém-se com supressão das alíneas únicas e incorporação do texto no corpo do respetivo número.
Número 4	Número 4	Alterado: alteração da redação com supressão das alíneas e introdução de “todos os sistemas de execução previstos na Lei”.
Número 5	Número 5	Mantém-se.
Artigo 171.º UOPG – Tipo 3 (Espaços Centrais)	Artigo 171.º UOPG – Tipo 3 (Espaços Centrais)	Alterado.
Números 1 a 3	Números 1 a 3	Mantém-se com correções gramaticais e ortográficas pontuais.
Número 4	Número 4	Alterado: alteração da redação com supressão da alínea a) e incorporação da alínea b) no corpo de texto.
Número 5	Número 5	Mantém-se.
Artigo 172.º UOPG – Tipo 4 (Áreas de Colmatação)	Artigo 172.º UOPG – Tipo 4 (Áreas de Colmatação)	Alterado: alteração da redação do seu número 4 com supressão das alíneas e introdução de “todos os sistemas de execução previstos na Lei”. Supressão das alíneas únicas dos seus números 2 e 3.
Números 1 a 3	Números 1 a 3	Mantém-se com supressão das alíneas únicas e incorporação do texto no corpo do respetivo número.
Número 4	Número 4	Alterado: alteração da redação com supressão das alíneas e introdução de “todos os sistemas de execução previstos na Lei”.

Versão anterior	Versão Atual	Alteração
Número 5	Número 5	Mantém-se.
Artigo 173.º UOPG – Tipo 5 (Equipamentos)	Artigo 173.º UOPG – Tipo 5 (Equipamentos)	Alterado: alteração da redação do seu número 4 com supressão das alíneas e introdução de “ <i>todos os sistemas de execução previstos na Lei</i> ”. Supressão das alíneas únicas dos seus números 2 e 3.
Números 1 a 3	Números 1 a 3	Mantém-se com supressão das alíneas únicas e incorporação do texto no corpo do respetivo número.
Número 4	Número 4	Alterado: alteração da redação com supressão das alíneas e introdução de “ <i>todos os sistemas de execução previstos na Lei</i> ”.
Número 5	Número 5	Mantém-se.
Artigo 174.º UOPG – Tipo 6 (Espaço Verdes - Recreio e Lazer)	Artigo 174.º UOPG – Tipo 6 (Espaço Verdes - Recreio e Lazer)	Alterado: alteração da redação do seu número 4 com supressão das alíneas e introdução de “ <i>todos os sistemas de execução previstos na Lei</i> ”. Supressão das alíneas únicas dos seus números 2 e 3.
Número 1	Número 1	Alterado: alteração da redação com introdução de “ <i>bem como, com comércio específico de apoio a estas atividades</i> ” na sua alínea c).
Números 2 a 3	Números 2 a 3	Mantém-se com supressão das alíneas únicas e incorporação no corpo de texto do respetivo número.
Número 4	Número 4	Alterado: alteração da redação com supressão das alíneas e introdução de “ <i>todos os sistemas de execução previstos na Lei</i> ”.
Número 5	Número 5	Mantém-se.
SECÇÃO III Áreas de Aplicação de Planos de Pormenor (PP)	-----	-----
Artigo 175.º Identificação	Artigo 175.º Identificação	Mantém-se com correção gramatical.
Artigo 176.º Regime	Artigo 176.º Regime	Mantém-se.
SECÇÃO IV Áreas Sujeitas à Elaboração de Plano de Pormenor (PP)	-----	-----
Artigo 177.º Regime	Artigo 177.º Regime	Mantém-se com correção gramatical.
SECÇÃO V Regime Económico-Financeiro	-----	-----
SUBSECÇÃO I Edificabilidade	-----	-----
Artigo 178.º Disposições Base Relativas à Edificabilidade	Artigo 178.º Disposições Base Relativas à Edificabilidade	Mantém-se.
Artigo 179.º Edificabilidade Máxima (Abstrata)	Artigo 179.º Edificabilidade Máxima (Abstrata)	Mantém-se com correção gramatical.
(Artigos 180.º a 181.º)	(Artigos 180.º a 181.º)	Mantém-se.
SUBSECÇÃO II Encargos Urbanísticos	-----	-----
(Artigos 182.º a 185.º)	(Artigos 182.º a 183.º)	Mantém-se.
SUBSECÇÃO III Execução Sistemática	-----	-----
(Artigos 186.º a 189.º)	(Artigos 186.º a 189.º)	Mantém-se.
SUBSECÇÃO IV Outros Instrumentos do Regime Económico-Financeiro	-----	-----
Artigo 190.º Avaliação de Solo	Artigo 190.º Avaliação de Solo	Mantém-se com alteração da numeração para alíneas.
(Artigos 191.º a 192.º)	(Artigos 191.º a 192.º)	Mantém-se.
CAPÍTULO XI Disposições Finais e Complementares	-----	-----
(Artigos 193.º a 199.º)	(Artigos 193.º a 199.º)	Mantém-se.
Artigo 200.º Planos de Pormenor em Vigor	Artigo 200.º Planos de Pormenor em Vigor	Mantém-se com correção das alíneas.
Artigo 201.º Disposições Revogatórias	Artigo 201.º Disposições Revogatórias	Alterado: alteração da estrutura do artigo com a introdução de numeração.
-----	Número 1	Alterado: antigo corpo de texto do artigo com alteração da redação.
-----	Número 2	Novo: enumeração dos artigos do PUC em vigor que não são revogadas até à aprovação do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação
Artigo 202.º Entrada em vigor	Artigo 202.º Entrada em vigor	Mantém-se.

Versão anterior	Versão Atual	Alteração
CAPÍTULO XII Regime de Proteção e Salvaguarda da Orla Costeira (POC-CE)	-----	-----
Artigo 203.º Definição e âmbito	Artigo 203.º Definição e âmbito	Mantém-se.
SECÇÃO I Zona Marítima de Proteção (ZMP)	-----	-----
Artigo 204.º Identificação	Artigo 204.º Identificação	Mantém-se.
Artigo 205.º Disposições Gerais	Artigo 205.º Regime	Mantém-se com alteração da designação do artigo de “ <i>Disposições gerais</i> ” para “ <i>Regime</i> ” e com supressão da alínea a) e sua incorporação no corpo de texto.
SUBSECÇÃO I Faixa de Proteção Costeira (ZMP)	-----	-----
Artigo 206.º Caracterização	Artigo 206.º Identificação	Mantém-se com alteração da designação do artigo de “ <i>Caracterização</i> ” para “ <i>Identificação</i> ”.
Artigo 207.º Regime	Artigo 207.º Regime	Mantém-se.
Número 1	Número 1	Mantém-se.
Números 2 a 3	Números 2 a 3	Mantém-se com supressão das alíneas únicas e incorporação no corpo de texto do respetivo número.
SECÇÃO II Zona Terrestre de Proteção (ZTP)	-----	-----
Artigo 208.º Caracterização	Artigo 208.º Identificação	Mantém-se com alteração da designação do artigo de “ <i>Caracterização</i> ” para “ <i>Identificação</i> ”.
Artigo 209.º Disposições Gerais	Artigo 209.º Regime	Mantém-se com alteração da designação do artigo de “ <i>Disposições gerais</i> ” para “ <i>Regime</i> ”.
SUBSECÇÃO I Faixa de Proteção Costeira (ZTP)	-----	-----
Artigo 210.º Caracterização	Artigo 210.º Identificação	Mantém-se com alteração da designação do artigo de “ <i>Caracterização</i> ” para “ <i>Identificação</i> ”.
Artigo 211.º Regime	Artigo 211.º Regime	Mantém-se.
SUBSECÇÃO II Faixa de proteção complementar (ZTP)	-----	-----
Artigo 212.º Caracterização	Artigo 212.º Identificação	Mantém-se com alteração da designação do artigo de “ <i>Caracterização</i> ” para “ <i>Identificação</i> ”.
Artigo 213.º Regime	Artigo 213.º Regime	Mantém-se.
SUBSECÇÃO III Margem	-----	-----
Artigo 214.º Caracterização	Artigo 214.º Identificação	Mantém-se com alteração da designação do artigo de “ <i>Caracterização</i> ” para “ <i>Identificação</i> ”.
Artigo 215.º Regime	Artigo 215.º Regime	Mantém-se.
SECÇÃO III Faixas de salvaguarda	-----	-----
Artigo 216.º Caracterização	Artigo 216.º Identificação	Mantém-se com alteração da designação do artigo de “ <i>Caracterização</i> ” para “ <i>Identificação</i> ”.
(Artigos 217.º a 220.º)	(Artigos 217.º a 220.º)	Mantém-se.
SECÇÃO IV Outras componentes territoriais	-----	-----
SUBSECÇÃO I Áreas Críticas	-----	-----
Artigo 221.º Caracterização	Artigo 221.º Identificação	Mantém-se com alteração da designação do artigo de “ <i>Caracterização</i> ” para “ <i>Identificação</i> ”.
Artigo 222.º Regime	Artigo 222.º Regime	Mantém-se.
SUBSECÇÃO II Praias Marítimas	-----	-----
Artigo 223.º Caracterização	Artigo 223.º Identificação	Mantém-se com alteração da designação do artigo de “ <i>Caracterização</i> ” para “ <i>Identificação</i> ” e com organização do corpo de texto em numeração.
Artigo 224.º Regime	Artigo 224.º Regime	Mantém-se.
SUBSECÇÃO III Núcleos Piscatórios	-----	-----
Artigo 225.º Caracterização	Artigo 225.º Identificação	Mantém-se com alteração da designação do artigo de “ <i>Caracterização</i> ” para “ <i>Identificação</i> ” e com introdução de alíneas no número 2.
Artigo 226.º Regime	Artigo 226.º Regime	Mantém-se.

Versão anterior	Versão Atual	Alteração
ANEXO I - Caracterização geométrica das vias classificadas da rede viária do PUCVC de Viana do Castelo	-----	Mantém-se.
ANEXO II – Parâmetros de estacionamento	-----	-----
A – ESTACIONAMENTO PRIVADO	-----	-----
1 – HABITAÇÃO EM TIPOLOGIA GEMINADA E ISOLADA	1 – HABITAÇÃO EM TIPOLOGIA GEMINADA E ISOLADA	Mantém-se.
2 - HABITAÇÃO EM TIPOLOGIA DE BANDA OU EM BLOCO	2 - HABITAÇÃO EM TIPOLOGIA DE BANDA OU EM BLOCO	Alterado: é anulada a condição mín. 1 lugar/fogo.
3 - HABITAÇÃO A CUSTOS CONTROLADOS (ADMISSÃO DE REDUÇÃO OU ISENÇÃO FUNDAMENTADA)	3 - HABITAÇÃO A CUSTOS CONTROLADOS (ADMISSÃO DE REDUÇÃO OU ISENÇÃO FUNDAMENTADA)	Alterado: é o rácio de 1/120 m² para 1/125 m².
(pontos 4 a 5)	(pontos 4 a 5)	Mantém-se.
6 - EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS	6 - EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS	Alterado: é anulada a distinção por n.º de estrelas adotando-se só um rácio 1/3 unidades de alojamento.
6A – 4 OU MAIS ESTRELAS	-----	Anulado.
6B – INFERIOR A 4 ESTRELAS (ADMISSÃO DE REDUÇÃO OU ISENÇÃO FUNDAMENTADA)	-----	Anulado.
6C – OUTROS (ADMISSÃO DE REDUÇÃO OU ISENÇÃO FUNDAMENTADA)	-----	Anulado.
7 - EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO COLETIVA (ADMISSÃO DE REDUÇÃO OU ISENÇÃO FUNDAMENTADA)	7 - EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO COLETIVA (ADMISSÃO DE REDUÇÃO OU ISENÇÃO FUNDAMENTADA)	Mantém-se.
P – ESTACIONAMENTO PÚBLICO	-----	-----
(pontos 1 a 12)	(pontos 1 a 12)	Mantém-se.
11 – INDÚSTRIA E ARMAZENAMENTO (MÍNIMO 2 LUGARES/UNIDADE FUNCIONAL AUTÓNOMA)	11 – INDÚSTRIA E ARMAZENAMENTO (MÍNIMO 2 LUGARES/UNIDADE FUNCIONAL AUTÓNOMA)	Alterado: é alterado o rácio de pesados, passando de 1/2000 m² para 1/6.000 m².
12 – HABITAÇÃO E OUTROS USOS COMPATÍVEIS (ADMISSÃO DE REDUÇÃO OU ISENÇÃO FUNDAMENTADA)	12 – HABITAÇÃO E OUTROS USOS COMPATÍVEIS (ADMISSÃO DE REDUÇÃO OU ISENÇÃO FUNDAMENTADA)	Mantém-se.
13 – EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS (ADMISSÃO DE REDUÇÃO OU ISENÇÃO FUNDAMENTADA)	13 – EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS (ADMISSÃO DE REDUÇÃO OU ISENÇÃO FUNDAMENTADA)	Alterado: é alterado o rácio 1/5 unidades de alojamento.
14 – EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO COLETIVA (ADMISSÃO DE REDUÇÃO OU ISENÇÃO FUNDAMENTADA)	14 – EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO COLETIVA (ADMISSÃO DE REDUÇÃO OU ISENÇÃO FUNDAMENTADA)	Mantém-se.
ANEXO III	-----	Mantém-se.
ANEXO IV - Árvores e Arvoredo de Interesse Público	-----	Alterado. Acrescentado na tabela sete exemplares classificados de Interesse Público da espécie <i>Camellia japonica</i> .
ANEXO V	-----	Mantém-se.
ANEXO VI	-----	Mantém-se.

Para além das alterações plasmadas nesta Tabela, o Regulamento foi também alvo de revisão ortográfica e gramatical.